

Sumário

Número de notícias: 33 | Número de veículos: 24

O OTIMISTA - FORTALEZA - CE - POLÍTICA
ANFIP

O legado de Alexandre Pereira no turismo de Fortaleza - ERIVALDO CARVALHO 4

O POVO - FORTALEZA - CE - FAROL
ANFIP

Câmara debate UC para mata atlântica do aeroporto - VERTICAL 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Semana decisiva para compras on-line 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Neutralidade tributária para frear mercado ilegal (Artigo) 9

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Muita atenção na reta final 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf bate recorde e reduz em R\$ 110 bi estoque de processos 12

VALOR ONLINE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda conta com aumento no ritmo de julgamentos 14

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf bate recorde e reduz em R\$ 110 bi estoque de processos 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita adota tratado e permite alíquota menor de IRRF 17

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda entra na reta final 19

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Declaração do Imposto de Renda entra na reta final 21

A GAZETA - MACAPÁ - AP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil economizaria R\$ 550 bi em dez anos com mudanças nas regras da Previdência, diz estudo 23

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Segurado do INSS deve ficar atento à relação de documentos 25

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Evolução do déficit pode levar a nova reforma 26

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Desvinculação - APOSENTADOS 27

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 7 28

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Declare o Imposto de Renda incompleto e fuja da multa; veja o que fazer (Imposto de Renda)
..... 29

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentadoria, salário-maternidade... conheça os direitos dos MEIs 32

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Despesas da previdência disparam, colocando o arcabouço fiscal em xeque já em 2027, dizem especialistas
..... 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Conta explosiva em 2027 36

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cigarro pode ser taxado em 250% 38

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cigarro pode ser taxado em 250% e cerveja em 46%, diz banco 39

VALOR ONLINE - FUNDOS DE INVESTIMENTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Rumo à renda fixa 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O peso das vinculações de despesas no problema fiscal do país - SERGIO LAMUCCI 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Deterioração fiscal global é mais um desafio para o Brasil (Artigo) 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Há incertezas e estamos cautelosos com a Bolsa" 45

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Alívio da "inflação do PIB" na dívida está perto do fim 47

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Sinal de piora nas expectativas de inflação eleva pressão sobre BC 49

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

PIB e estímulos na China podem ajudar bolsa 51

VALOR ECONÔMICO - SP - GUIA VALOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
ECONOMIA

Em fase de juros altos, poucos fundos ultrapassaram o CDI..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - GUIA VALOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
ECONOMIA

Em período volátil, crédito "high grade" foi opção para renda fixa..... 55

VALOR ECONÔMICO - SP - GUIA VALOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
ECONOMIA

Previdência tem alta atípica na captação..... 57

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Vendas de produtos do Brasil para a Argentina caem 30%..... 58

O legado de Alexandre Pereira no turismo de Fortaleza - ERIVALDO CARVALHO

ERIVALDO CARVALHO

Maior economia entre capitais do Nordeste, Fortaleza é reconhecida por órgãos nacionais e internacionais como exemplo de mobilidade urbana, conectividade e, mais recentemente, como a segunda melhor cidade do mundo em meio ambiente.

Não foi fácil nem rápido chegar no topo desses e de outros rankings ou mesmo subir ao pódio. Foi preciso gestão de qualidade, sinergia entre poder público e iniciativa privada, visão de longo prazo e muito, muito investimento.

Neste último ponto, destaque-se a pujança e a força do turismo. Bilionário, o trade de negócios movimenta dezenas de segmentos da economia. É difícil imaginar a Fortaleza de hoje sem a consolidação da Capital do Ceará como referência turística nacional.

Em meio a essas grandes conquistas, há boas idéias, entregues a muitas mulheres e homens competentes. Entre eles, é justo reconhecer a figura do obstinado secretário do Turismo de Fortaleza, Alexandre Pereira.

Foi graças ao trabalho de equipe, sob a liderança do titular da Setfor, que Fortaleza é um dos destinos mais buscados pelos brasileiros.

Fiel ao projeto das duas últimas gestões do PDT em Fortaleza - é secretário há oito anos -, Alexandre Pereira caminha para deixar um dos maiores legados da história da Cidade. Voltaremos à pauta nesta quarta-feira (29).

"Resultado de um trabalho de muitas mãos", diz secretário

Homem de grupo - preside o partido Cidadania no Ceará -, o secretário municipal do Turismo, Alexandre Pereira, atribui o legado às lideranças do ex-prefeito Roberto Cláudio e do atual chefe do Executivo, José Sarto - ambos do PDT. "Tudo que conquistamos é resultado de um trabalho de muitas mãos", afirma o titular da Setfor, em mensagem enviada à Coluna. Graças ao apoio, diz, foi possível implementar estratégias inovadoras e fortalecer parcerias-chave.

Pesquisas e especulações

Pela lógica de que quando falta informação de qualidade sobram especulações, o mercado político local está repleto de conversas ao pé do ouvido. Uma delas, referente a pesquisas de intenção de voto - muito escassas, registre-se -, dá conta de que cada pré-candidatura teria, digamos, um instituto de sua preferência. Uma fonte chegou a afirmar que uma dessas sondagens, publicadas brevemente, iria impulsionar um prefeiturável de Fortaleza. O objetivo, claro, é animar apoiadores e militância.

Audidores fiscais

Audidores fiscais de todas as regiões do País se reunirão em Fortaleza. Na pauta estão **reforma tributária**, conjuntura política, **justiça fiscal**, **seguridade social**, contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas e inclusão social, entre outros pontos. De 27 a 29 de junho, no Hotel Gran Marquise. Promoção da **Anfip**.

Greve federal

Não está dos melhores o clima entre o comando de greve de universidades federais e o Ministério da Educação. O sindicato dos professores diz que o governo suspendeu as negociações, unilateralmente. Nesta semana deveria haver outra rodada de conversas. O cenário, por ora, é a expectativa de que o presidente Lula interceda.

Educação estadual avança em Fortaleza

Uma das marcas do governo Elmano de Freitas, a educação em tempo integral segue em plena expansão no Ceará. Particularmente, em Fortaleza, onde deverá haver um forte embate eleitoral entre os palácios da Abolição e do Bispo. Um exemplo: mais dois equipamentos do tipo estão com obras avançadas na Capital - ambos em regiões da Cidade adensadas, demograficamente: Conjunto Ceará e bairro Aeroporto. De acordo com o Executivo, as unidades, que terão investimentos de R\$ 23 milhões, atenderão, quando finalizadas, mais de 800 alunos. Assim, uma das vitrines do Ceará vai consolidando bons resultados para jovens e famílias. E se também vierem dividendos eleitorais, melhor ainda.

Site: <https://www.ootimista.com.br/edicao-do-dia/>

Câmara debate UC para mata atlântica do aeroporto - VERTICAL

Carlos Mazza

O vereador Gabriel Aguiar (Psol) propôs na última semana que a Câmara Municipal de Fortaleza aprove um projeto de lei criando uma Unidade de Conservação (UC) específica para proteger a região de Mata Atlântica localizada no entorno do aeroporto Pinto Martins. A proposta, que ainda não foi apresentada formalmente, impediria quaisquer intervenções de grande porte na região, que até semana passada era cotada para receber a edição deste ano do Fortal. Após polêmica envolvendo o caso, no entanto, a festa acabou voltando para antigo terreno da Cidade Fortal. "Não é mais aceitável, não é mais possível, colocar uma floresta abaixo, protegida pela Lei da Mata Atlântica, para fazer uma festa de quatro dias", disse o vereador.

SHOPPING Vale lembrar, no entanto, que não é só o Fortal que tem planos para a região. Concessionária do Aeroporto de Fortaleza, a Fraport tem planos de uma área comercial na região, que já teria licenciamento ambiental.

GENTILÂNDIA A Câmara também deve debater nas próximas semanas a situação do "batismo" da tradicional Praça da Gentilândia, localizada no bairro Benfica. Uma série de projetos tentam mudar o nome oficial do espaço.

HOMENAGEM Um dos projetos, apresentado pelo mandato coletivo Nossa Cara (Psol), tenta mudar o nome da praça para Rosa da Fonsêca, em homenagem à professora e ex-vereadora. Já Márcio Martins (União) quer manter o nome tradicional.

RECEITA Fortaleza recebe de hoje até quarta-feira, 29, XVIII Encontro Nacional da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil, em evento entre 27 e 29 de junho no Hotel Gran Marquise.

FÃ Teve grande repercussão nas redes foto do deputado Eunício Oliveira (MDB) durante show da cantora americana Taylor Swift em Portugal.

"Oficialmente swiftie", diz legenda postada por Eunício, que acompanhava as netas.

PRÉ CAMPANHA O pré-candidato André Fernandes

(PL) apresentou neste domingo manifestação em ação que determinou a retirada de vídeos do ato do deputado em evento com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Fernandes recorre da decisão.

CIRO VOLTA A CRITICAR JANAÍNA Ciro Gomes (PDT) voltou a se referir à senadora Janaína Farias (PT) como "cortesã". A fala, publicada em entrevista do pedetista ao jornal O Globo no último domingo, ocorre após Justiça do DF fixar multa em R\$ 30 mil caso Ciro voltasse a usar o termo.

LIMINAR "Ela é, hoje, uma cortesã portando um mandato de senadora", disse Ciro. Ação de indenização cível de Janaína sobre ataques de Ciro corre hoje na 12ª Vara Cível de Brasília e já teve decisão liminar favorável à petista.

PROCESSOS Vale lembrar que, além da ação cível, Ciro também é alvo de duas ações por violência política de gênero pelo caso na Justiça Eleitoral do Ceará, uma pelo Ministério Público e outra pela deputada Larissa Gaspar (PT).

HORIZONTAIS_ A Secult lançou um documento traçando diagnóstico dos jardins do Theatro José de Alencar, criados há quase 60 anos pelo paisagista Burle Marx. Estudo detalha história e composição do espaço e pode ser conferido nas redes da secretaria. /// Última semana para declaração do Imposto de Renda, com prazo até 31 de maio.

Site:

<https://mais.opovo.com.br/flip/edicao/impressa/7031/27-05-2024.html>

Semana decisiva para compras on-line

ÂNDREA MALCHER » RAFAELA GONÇALVES » VICTOR CORREIA

A Câmara dos Deputados deve votar nesta semana o projeto de lei que prevê a cobrança do Imposto de Importação para compras internacionais de até US\$ 50. O dispositivo foi inserido no Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) para atender ao pleito da indústria varejista brasileira, mas não encontra consenso entre os parlamentares nem da base nem da oposição.

Por isso, fontes próximas ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), avaliaram ao Correio que, embora a medida provisória (MP) que cria o Mover, editada em dezembro, perca a validade na próxima sexta-feira, a matéria "está na pauta há dias e sem sinal de avanço nas negociações" e não deve ser votada em uma semana esvaziada como esta.

Cumprindo a determinação de não debater matérias que cheguem por medida provisória, o Congresso impôs ao governo que a análise do tema ocorresse por meio de um projeto de lei. Mas, para não haver descontinuidade no Mover, o PL está transitando com urgência, justamente para que não haja um vácuo de regulamentação. O programa está em andamento desde dezembro e, caso a MP caduque, terá que ser suspenso.

Lira determinou, no fim da última semana, que os deputados estejam em Brasília hoje para votar a questão, com a exigência de registro biométrico no plenário.

O parlamentar teria ligado para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedindo uma reunião presencial para tentar negociar a taxa de compras internacionais e teria, inclusive, apresentado três alternativas. A primeira permite uma única compra anual com isenção. A outra, com duas compras por ano, uma em cada semestral. A terceira seria uma taxa gradual, tal qual a desoneração da folha de pagamento.

No entanto, a reunião ficou para esta semana, apertando ainda mais o tempo de vida do texto. Com validade de 120 dias, a MP perderá o efeito e ainda precisa ser analisada no Senado até quarta-feira, tendo em vista o feriado de Corpus Christi no dia 30 de maio. O Correio apurou que o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) permaneceu em Brasília, mas que, para fazer qualquer negociação sobre assunto,

aguardaria o início da semana.

Atualmente, as compras do exterior abaixo de US\$ 50 estão enquadradas no programa Remessa Conforme, da **Receita Federal**, e são taxadas somente pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual, com alíquota de 17%. O Imposto de Importação, federal, de 60%, é cobrado somente em remessas que custem acima de US\$ 50.

A medida é considerada impopular por parte dos deputados, que acreditam que poderia prejudicar os parlamentares no futuro, com a proximidade das eleições municipais. Por outro lado, a taxa é vista como necessária para igualar os sites estrangeiros ao varejo nacional, além de ser um instrumento de arrecadação.

Diante do impasse sobre a cobrança integral do Imposto de Importação, o relator do PL do Mover, deputado Átila Abreu (PP-PI), deve sugerir uma tributação escalonada para valores de até US\$ 50. Na prática, a alternativa prevê que a alíquota suba conforme o valor da mercadoria.

Setor produtivo pressiona Segundo o último balanço bimestral do Remessa Conforme, divulgado no início deste mês, referente aos meses de fevereiro e março, foram registradas 32,2 milhões de vendas on-line para o Brasil.

O valor aduaneiro somou R\$ 2,6 bilhões, rendendo arrecadação de R\$ 328 milhões com o Imposto de Importação.

Entidades ligadas ao comércio e à indústria têm pressionado pela taxa de compras on-line desde o governo Bolsonaro. Mas foi a partir da criação do Remessa Conforme que a campanha se intensificou. No ano passado, quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou a medida, a primeira dama Janja da Silva chegou a fazer uma live no Instagram, com Haddad, para pedir para não tributar. Na semana passada, a votação da matéria foi cancelada depois de o próprio presidente Lula, perguntado por jornalistas, responder que vai vetar, caso o item seja aprovado no Congresso. No mesmo dia, mais cedo, Haddad havia defendido a "isonomia" entre a indústria nacional e a externa.

Em nota conjunta, o setor produtivo alega que tem enfrentado "uma grave concorrência desigual, com quedas de produção e perda de empregos".

"Atualmente, ao perder vendas para essas importações menos tributadas, a indústria e o comércio nacionais deixam de empregar 226 mil pessoas. A desigualdade na tributação entre a produção nacional e as importações de até US\$ 50, por meio de plataformas de comércio eletrônico, destrói empregos no Brasil", destacou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban.

As varejistas chinesas, por outro lado, alegam que o novo imposto pode encarecer as compras em cerca de 92%, chegando a dobrar o preço final dos produtos ao consumidor. "Essa é uma emenda inesperada em um texto que não guarda qualquer relação com o tema que está sendo discutido. Tentou-se argumentar que os dois falam de programas de importação, mas não dá para comparar quem importa um carro elétrico com quem compra uma calça jeans", disse ao Correio a head de relações governamentais da Shein no Brasil, Anna Beatriz Lima.

Guerra de dados A Shein divulgou um levantamento que aponta que a maior parte dos seus consumidores são de classes mais baixas, indicando que uma nova taxa afetaria diretamente o consumo dos mais pobres. De acordo com a varejista chinesa, o percentual de consumidores das classes C, D e E que adquirem produtos internacionais na plataforma da empresa é de 88%.

Na iminência da votação, o presidente da Câmara mencionou uma pesquisa realizada pela CNI que rebate esse cenário, afirmando que a maioria dos consumidores de sites asiáticos que seriam atingidos com o fim da isenção para compras no exterior de até US\$ 50 são de classe alta. De acordo com os dados, apenas 18% da população com renda de até dois salários mínimos fizeram compras on-line internacionais de produtos com isenção de até US\$ 50. Lira descarta tratar da questão em outro projeto.

Congresso vota vetos amanhã

A análise de vetos presidenciais volta à pauta do Congresso Nacional nesta semana - encurtada por conta do feriado de Corpus Christi, na quinta-feira. A segunda sessão conjunta do ano entre Câmara e Senado está marcada para a tarde de amanhã, e pode apreciar 26 itens, sendo 17 vetos e nove autorizações para crédito extraordinário, que somam R\$ 2 bilhões destinados a áreas como o Exército, o Ministério do Turismo e o Ministério da Educação.

O debate pode trazer definições sobre temas caros ao governo, incluindo vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 e o fim das "sadinhas" nos presídios, que foram adiados pela base governista

pelo menos três vezes para evitar possíveis derrotas no Parlamento.

O adiamento mais recente ocorreu na última sessão conjunta, em 9 de maio, após acordo firmado entre os congressistas.

Um dos principais temas em discussão é o veto ao calendário das emendas parlamentares. Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a LDO, rejeitou o trecho que obrigava o pagamento de todas as medidas de bancada e individuais até o dia 30 de junho. Deputados e senadores prometeram, porém, derrubar a decisão de Lula. Na última sessão, o governo fechou um acordo com lideranças partidárias para manter o veto, comprometendo-se a pagar parcela considerável das emendas dentro do prazo.

À época, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), comentou que a promessa é pagar 55% das chamadas "emendas pix", que caem direto na conta dos municípios, 100% das emendas fundo-a-fundo destinadas à saúde, 85% das emendas individuais na saúde, e 83% das emendas individuais na área da assistência social. O pagamento antecipado em ano eleitoral é de grande interesse para os partidos, já que o aporte de recursos para as prefeituras antes do período de campanha pode ajudar prefeitos que tentam a reeleição ou colocar aliados em seus lugares.

O adiamento da votação ocorreu para que o acordo fosse discutido com outros líderes partidários, que não estiveram presentes na sessão passada. O entendimento da sessão passada também incluiu a retirada da pauta do veto à lei que restringe as saídas temporárias para presos.

Lula cortou trecho que retirava completamente a possibilidade de o preso sair para visitar a família ou participar de atividades do convívio social.

O governo argumenta que a medida é inconstitucional e que as visitas a familiares "minimiza os efeitos do cárcere e favorece o paulatino retorno ao convívio social".

Parlamentares da oposição pretendiam derrubar o veto antes do Dia das Mães, mas também queriam o adiamento da análise de outra decisão, do ex-presidente Jair Bolsonaro, a trecho do projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional, criada ainda na ditadura militar. O texto vetado da Lei 14.197/2021 permitiria a punição com até cinco anos de reclusão pela divulgação de fake news. Dessa forma, a oposição concordou com os dois adiamentos.

Estão ainda na pauta de terça-feira o veto de

Bolsonaro a trecho de lei sobre o setor aéreo que garantia o despacho gratuito de uma bagagem por voo, além de vetos de Lula à Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis e à Lei Orgânica das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares.

» Moraes rejeitar recurso de Bolsonaro ao TSE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, negou ontem o recurso apresentado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro contra decisão que o condenou à inelegibilidade por oito anos, bem como o seu candidato a vice-presidente nas eleições de 2022, general Walter Braga Netto.

Moraes rejeitou um pedido dos advogados da chapa para que o caso fosse analisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), chamado de "recurso extraordinário". Para tanto, porém, a demanda dependeria de uma aprovação de admissibilidade do próprio TSE. Segundo o ministro, o pedido não atendeu aos requisitos legais previstos para esse tipo de recurso. Ele argumentou também que a decisão do TSE não violou a Constituição e que também não houve prejuízo ao direito de defesa dos dois integrantes da chapa eleitoral. A condenação se refere ao abuso de poder político e econômico ao usar os atos de 7 de setembro de 2022 para fins eleitorais. Já a decisão de Moraes foi publicada ontem, apesar de ter sido tomada na sexta-feira.

Bolsonaro informou que vai recorrer da decisão.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Neutralidade tributária para frear mercado ilegal (Artigo)

» **EDSON VISMONA Advogado, presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP)**

O Brasil está em vias de destravar um dos maiores gargalos que impedem o desenvolvimento do país há décadas. A reestruturação tributária, com a reforma em curso, pretende simplificar um dos sistemas de arrecadação mais complexos do mundo. Nesse processo, o desafio é não aumentar a carga tributária para consumidores e setor produtivo, sob pena de favorecer ainda mais o mercado ilegal, que se beneficia da disparidade de preços entre os seus produtos e os do mercado formal.

A Câmara dos Deputados já criou grupos de trabalho para a apreciação da regulamentação do primeiro texto encaminhado pelo Executivo. Um dos pontos em análise pelos deputados é o Imposto Seletivo. A criação da sobretaxa tem como objetivo desestimular o consumo de produtos considerados nocivos à saúde ou ao meio ambiente. Com alíquota a ser definida em Lei Ordinária, a lista de produtos tem cigarros, bebidas alcoólicas, automóveis e embarcações, entre outros.

A ideia de onerar esses produtos parte de uma crença de que o aumento da tributação servirá para inibir o consumo. Esse raciocínio não se justifica, uma vez que o consumidor tem a opção de comprar o produto ilegal, que não paga imposto.

Portanto, não haverá diminuição de consumo, tampouco aumento de arrecadação. Mas um aumento da participação do mercado ilegal.

Tomemos como exemplo a indústria do tabaco, onde a atual carga tributária gira entre 70% e 90%.

Em virtude dessa elevadíssima tributação, o mercado legal perde a batalha contra a sonegação fiscal e o contrabando: segundo relatório divulgado pela **Receita Federal**, o cigarro corresponde a 54% do volume total de bens apreendidos em 2023. As marcas contrabandeadas do Paraguai são aqui tão conhecidas que, numa piada pronta, são alvo até de falsificação.

O preço é o principal propulsor da migração do consumo de produtos legais para o mercado ilícito. Há evidências de que, nesse setor, quando a tributação sobre o cigarro legal aumenta, o consumidor migra para o contrabandeado, bem mais barato porque não

é tributado.

Em 2020, de acordo com a pesquisa Ipec, deuse uma retração do mercado ilícito, decorrente da pandemia de covid-19 e da alta do dólar. O preço do cigarro ilegal ficou mais próximo dos produtos legais nacionais, fazendo com que parte dos consumidores dos produtos ilícitos retornasse para os produtos lícitos. A fatia do ilegal encolheu pela primeira vez em anos, de 57% em 2019 para 49% do mercado nacional em 2020, levando ao aumento de 10% na arrecadação de IPI sobre cigarros em 2020, um acréscimo de receita de R\$ 500 milhões considerando-se apenas o imposto federal.

Nos últimos dois anos, por exemplo, o preço do produto contrabandeado manteve-se estável. Esse fator somado ao fato de que não houve aumento de tributo sobre o produto legal fez cair a participação dos cigarros ilegais no mercado de 41% para 36%, levando a um crescimento de arrecadação de cerca de R\$ 1 bilhão.

Em resumo, os números comprovam que, longe de desestimular o consumo, o eventual aumento da já elevada carga tributária dos segmentos de tabaco ou de bebidas alcoólicas, que já figuram entre os setores mais pesadamente tributados no Brasil, vai aumentar ainda mais o mercado ilícito desses produtos - com riscos não apenas para a saúde dos brasileiros, mas também para a arrecadação.

Governo e parlamentares têm nas mãos o caminho para evitar que o crime roube o país. Não podemos perder essa oportunidade!

» **EDSON VISMONA Advogado, presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP)**

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Muita atenção na reta final

O prazo do Imposto de Renda 2024 se encerra em cinco dias, na próxima sexta-feira. Quem ainda não fez a declaração pode acabar cometendo erros pela pressa em entregar o documento. Em 2023, 1,4 milhão de contribuintes caíram na malha fina e tiveram a declaração retida.

Para quem ainda não preencheu o documento, Francisco Peroni, diretor da Seteco Consultoria, aconselha o uso da declaração pré-preenchida.

"Isso ajuda bastante porque já constam informações bancárias e despesas médicas, por exemplo", diz.

O contribuinte obrigado a declarar o IR que perde o prazo paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

Após o preenchimento e envio da declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física, a **Receita Federal** cruza os dados e compara as informações do cidadão com as declarações de empregadores, instituições financeiras e planos de saúde, por exemplo.

A medida capta erros que podem passar batido pelo contribuinte, seja pela pressa ou por desconhecimento das regras. Por exemplo, caso alguém preencha erroneamente que gastou R\$ 100 mil em um procedimento médico, mas o convênio aponte apenas R\$ 1.000, a Receita consegue entender que houve um erro de digitação por parte do contribuinte. É preciso ficar atento às vírgulas e pontos, que também podem indicar ao fisco uma falha no valor informado.

Quando algum erro é percebido, a declaração cai na malha fina e será avaliada por auditores da Receita e devolvida com as falhas apontadas para que haja correção. O contribuinte tem direito de corrigir as informações antes de ser levado a uma investigação, que pode resultar em multas.

No ano passado, 60% das declarações na malha fina tinham como problema erros na dedução. O erro mais comum nas declarações está nas deduções, quando o contribuinte indica uma despesa considerada por ele como dedutível, mas que não é. Segundo Thais Lipinski, advogada tributarista e integrante do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), é preciso se atentar às despesas com saúde e educação, pois nem todas são dedutíveis.

No caso da saúde, vacinas e medicamentos que não

estejam na conta do estabelecimento hospitalar ou da clínica não são dedutíveis.

Peroni afirma que gastos com saúde devem ser declarados com mais atenção, pois são exigidos comprovantes e informações de valor, data, local onde foram realizados e, até mesmo, dados do médico. É necessário que as declarações contenham o CRM do médico responsável, caso contrário a Receita pode impedir o envio.

Também não são deduzidos gastos com cursos de idiomas, atividades esportivas ou culturais e material escolar, por exemplo. Na educação, só entram na lista despesas com os ensinios infantil, fundamental, médio, superior e profissional.

Outro erro comum é a omissão de recebimentos como salários, aluguéis, prêmios e ganhos de capital.

Os aluguéis devem ser declarados em uma ficha específica caso sejam recebidos de uma pessoa física e devem ter subtraídos os valores de IPTU e condomínio. Ou seja, se o aluguel a ser declarado for de R\$ 2 mil por mês e o imóvel tiver R\$ 50 de IPTU e R\$ 50 de condomínio, o valor que deve ser inserido na plataforma é de R\$ 1.900, isto é, o aluguel menos IPTU e condomínio.

"O IPTU e o condomínio são tratados como reembolso de despesas e não rendimentos. Caso o contrato de aluguel tenha sido feito por uma imobiliária, ela pode fornecer um informe detalhado comprovando os valores", explica Peroni (Da Folhapress).

SERVIÇO

Quem deve declarar o IR em 2024

É OBRIGADO A DECLARAR O IMPOSTO DE RENDA EM 2024 O CONTRIBUINTE QUE, EM 2023:

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja,

lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

*

Confira os dados antes de enviar

Outra regra importante é que pessoas consideradas incapazes legalmente ou das quais o contribuinte seja o curador, como pais e avós, só podem ser identificadas como dependentes caso os rendimentos delas no ano não ultrapassem R\$ 24.511,92.

É preciso se lembrar também de inserir os rendimentos dos dependentes, caso tenha, sejam eles não tributáveis ou tributáveis. A mesma regra vale para informações de bens e direitos e de valores em conta- corrente ou poupança.

Sobre dependentes, filhos que tenham a guarda compartilhada pelos pais devem ser declarados como dependentes por apenas um deles, caso contrário os responsáveis podem ter problemas com a Receita.

Na hora de preencher a declaração deve-se teclar ou digitar os dados com calma e sempre conferi- los antes de enviar para evitar erros como a digitação de um número diferente, trocas de vírgula e informações corretas, mas no lugar errado. Caso sejam informações ligadas ao empregador, instituições financeiras ou planos de saúde, por exemplo, a Receita consegue cruzar os dados e identificar o erro.

Por fim, é importante checar se todos os bens e dívidas estão declarados corretamente. Informações como ações, VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), bens no exterior, bens em comum, JCP (Juros sobre Capital Próprio) deliberado e não pago, por exemplo, devem ser listadas à Receita, assim como o valor total de dívidas, para que não ocorra variação de patrimônio incompatível com a renda.

Para os mais atrasados, que forem preencher as declarações no último dia disponível, o especialista Francisco Peroni aconselha entregar o documento mesmo que as informações não estejam completas e fazer a retificação solicitada pela própria Receita, evitando o pagamento de multas.

Mais de 12 milhões de contribuintes ainda não haviam entregado a declaração. A Receita espera 43 milhões de declarações, sendo que 30,7 milhões foram entregues até a manhã da última sexta-feira.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Carf bate recorde e reduz em R\$ 110 bi estoque de processos

Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta De Brasília / Lu AikoOtta De Brasília

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** vem conseguindo reduzir o estoque de processos, encerrando casos de maior valor e alcançando volumes recordes de julgamentos: em abril, foram cerca de R\$ 110 bilhões em processos analisados, a melhor marca desde dezembro de 2019. O órgão recursal é a principal aposta do Ministério da Fazenda para elevar a arrecadação e atingir a meta de déficit zero este ano.

O número de abril ainda será consolidado oficialmente, mas foi antecipado ao Valor pelo presidente do **Carf**, Carlos Higino. Em março, o tribunal administrativo já havia alcançado um volume recorde de julgamentos. A queda no estoque foi de R\$ 70 bilhões, a maior desde a pandemia.

O estoque, porém, ainda soma cerca de R\$ 1 trilhão, distribuídos em aproximadamente 80 mil processos tributários. De acordo com Higino, esse valor continua alto porque, enquanto há processos saindo do **Carf**, outros estão entrando a partir de recursos contra condenações proferidas pelas Delegacias Regionais de Julgamento (DRJs).

A meta de julgamentos para 2024 segue em R\$ 870 bilhões, para gerar uma arrecadação de R\$ 55,6 bilhões, montante mantido no relatório de receitas e despesas do governo apresentado na última semana - além dos casos em que sai vitorioso, o contribuinte, quando perde, ainda pode recorrer ao Poder Judiciário. O **Carf** não faz o controle de quantos encerram a disputa na esfera administrativa ou dão sequência ao litígio.

No segundo semestre, a ideia é acelerar os julgamentos. O Conselho pretende lançar um sistema de inteligência artificial para ajudar os conselheiros a elaborarem as minutas dos votos. O sistema vai se chamar "Iara" e está sendo desenvolvido em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). "Quando estiver rodando, teremos como aumentar a produtividade dos conselheiros", disse Higino.

Além disso, o presidente espera uma mudança no fluxo de julgamentos com a aprovação de súmulas.

Desde a edição da Lei nº 14.689, de 2023, as súmulas do **Carf** passaram a ser de observância obrigatória pelos auditores fiscais, o que significa que as Delegacias Regionais de Julgamento também precisam seguir os entendimentos do Conselho - antes não eram obrigados, então podiam julgar de forma diferente, o que dava margem para recursos ao **Carf** apenas para aplicação da jurisprudência.

"Precisamos ter uniformidade e que as decisões do Conselho consigam ser observadas desde o lançamento na **Receita Federal**", afirmou Higino.

Vários fatores contribuíram para as quedas recordes do estoque, de acordo com o presidente. Os principais são: julgamentos de casos de alto valor, o que não foi possível durante a pandemia de covid-19, o retorno do voto de qualidade (o desempate pelo voto duplo do presidente da turma julgadora, representante da Fazenda) e a regulamentação do bônus dos auditores - até o pagamento ser regulamentado, sessões foram paralisadas por falta de quórum. Ainda foram criadas novas turmas de julgamento e o número de conselheiros aumentou.

Higino destacou ainda que "algumas decisões do **Carf** incentivaram transações e acordos no âmbito da PGFN [Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional]". Ele citou como exemplo o recém-aberto edital sobre contratos de afretamento, uma discussão bilionária que o setor de óleo e gás vem perdendo no **Carf**.

Em 2023, ainda ocorriam pedidos para retirada de pauta de grandes processos, o que tem se normalizado, segundo o presidente. "Em 2024 e talvez 2025, devemos ter uma redução muito forte do valor [do estoque], O montante de R\$ 1 trilhão é inaceitável", disse. Além do valor do estoque, o presidente também projeta uma redução no número de processos na sequência, nos próximos dois anos.

"Estamos caminhando para ver o **Carf** dobrar o recorde de valores julgados em um único ano, que atualmente é de R\$ 430 bilhões", afirmou Jorge Mussa, do Pinheiro Neto Advogados.

Em 2015, lembrou o tributarista, o Tribunal de Contas da União (TCU) estimou que seriam necessários 77 anos para julgar todo o acervo de processos no Conselho e, desde então, foram implementadas

diversas mudanças, como os lotes de repetitivos e o aumento do número de turmas julgadoras com o mesmo número total de conselheiros.

No ritmo atual, acrescentou, o **Carf** levaria apenas 10 anos para julgar todos os processos. "Mas poderá diminuir pela metade o valor em estoque ainda neste ano, se consolidando como um exemplo de sucesso em gestão processual." A advogada Ana Paula Lui, sócia do Mattos Filho, destacou que o **Carf** ainda vem fazendo alguns ajustes para aumentar o volume de julgamentos, como a criação de novas turmas - mesmo que para isso desfalque, ainda que temporariamente, turmas existentes. Para a advogada, o mês de maio foi de ajuste de turmas e até distribuição de processos. "Isso pode ter dado uma trancada no andamento que vinha bem e corrido, com muitos julgamentos", afirmou.

A tributarista espera que o ritmo continue acelerado no segundo semestre. "Até pelo volume de processos pautados, vemos que eles estão levando a sério aumentar o número de julgamentos e zerar o estoque", disse. O **Carf** tem, inclusive, acrescentou, realizado algumas sessões de julgamento durante as segundas e sextas-feiras - as sessões eram sempre de terça a quinta.

A advogada afirmou que ainda não é possível observar se o **Carf** está mais ou menos favorável aos posicionamentos da **Receita Federal**. Mas disse ter percebido mudanças em decorrência da retomada do voto de qualidade. "Está bem parecido com o que o Conselho já era, inclusive com a volta de alguns antigos conselheiros."

Fazenda conta com aumento no ritmo de julgamentos

O aumento no ritmo de julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** é uma das principais apostas do Ministério da Fazenda para manter a arrecadação federal em linha com as projeções de receitas do orçamento federal, comentou fonte da área econômica.

No primeiro quadrimestre do ano, a arrecadação federal ficou em R\$ 886,642 bilhões, conforme dados divulgados na semana passada pela Secretaria da **Receita Federal**. O montante coincide com o esperado pela área econômica para o período.

Isso é considerado um feito importante, uma vez que as projeções para as receitas de 2024 são bastante "exigentes". Se não fossem assim, não seria possível atingir a meta de déficit zero este ano.

Questionada se seria possível manter o bom ritmo no restante do ano, a fonte comentou que a expectativa é

positiva, principalmente porque os julgamentos do **Carf** começam a ganhar velocidade e a impactar os cofres públicos.

O governo estima recolher R\$ 55,647 bilhões com os julgamentos no **Carf** este ano. A partir de maio, haverá um marcador para identificar os pagamentos referentes a eles. Assim, será possível acompanhar melhor a evolução dessas receitas.

Além dos ingressos do **Carf**, outros fatores devem impulsionar a arrecadação neste ano. Em maio, é esperado uma alta nas receitas do Imposto de Renda, por causa dos recolhimentos sobre estoques investidos no exterior. O prazo para pagar o IR com a alíquota reduzida de 8% se encerra no dia 31.

Também acaba no dia 31 o prazo para entrega das declarações para a autorregularização tributária das empresas que utilizaram, até 2022, subvenções estaduais para gastos de custeio da forma que a Receita considera irregular. Nesse caso, é oferecido desconto de até 80% no valor devido. Informações de mercado, porém, apontam para baixa adesão à autorregularização.

A intenção da Receita é iniciar processos de fiscalização após encerrado o prazo para correção voluntária das declarações. Nesse caso, serão aplicadas as multas de praxe, que começam em 75%. Como comentou um integrante do Fisco: "Somos gatinhos na autorregularização, mas depois do dia 31 de maio seremos leões." A tributação dos investimentos offshore se soma aos recolhimentos do Imposto de Renda sobre fundos de investimentos exclusivos, que renderam R\$ 11,4 bilhões, segundo dados divulgados na semana passada. São duas fontes de receita que não vão se repetir.

Para alcançar os R\$ 2,704 trilhões em receitas projetadas para este ano, o governo conta também com o pagamento de R\$ 13 bilhões em dividendos extraordinários da Petrobras. Até agora, a estatal decidiu pela distribuição de metade desse montante. No entanto, as receitas foram projetadas considerando que a outra metade será paga até o fim do ano.

"Decisões do **Carf** incentivaram transações e acordos no âmbito da **PGFN**" Carlos Higino

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187884>

Fazenda conta com aumento no ritmo de julgamentos

Por Lu Aiko Otta - De Brasília

27/05/2024 05h01 Atualizado há uma hora

O aumento no ritmo de julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** é uma das principais apostas do Ministério da Fazenda para manter a arrecadação federal em linha com as projeções de receitas do orçamento federal, comentou fonte da área econômica.

No primeiro quadrimestre do ano, a arrecadação federal ficou em R\$ 886,642 bilhões, conforme dados divulgados na semana passada pela Secretaria da **Receita Federal**. O montante coincide com o esperado pela área econômica para o período.

Isso é considerado um feito importante, uma vez que as projeções para as receitas de 2024 são bastante "exigentes". Se não fossem assim, não seria possível atingir a meta de déficit zero este ano.

Questionada se seria possível manter o bom ritmo no restante do ano, a fonte comentou que a expectativa é positiva, principalmente porque os julgamentos do **Carf** começam a ganhar velocidade e a impactar os cofres públicos.

O governo estima recolher R\$ 55,647 bilhões com os julgamentos no **Carf** este ano. A partir de maio, haverá um marcador para identificar os pagamentos referentes a eles. Assim, será possível acompanhar melhor a evolução dessas receitas.

Além dos ingressos do **Carf**, outros fatores devem impulsionar a arrecadação neste ano. Em maio, é esperado uma alta nas receitas do Imposto de Renda, por causa dos recolhimentos sobre estoques investidos no exterior. O prazo para pagar o IR com a alíquota reduzida de 8% se encerra no dia 31.

Também acaba no dia 31 o prazo para entrega das declarações para a autorregularização tributária das empresas que utilizaram, até 2022, subvenções estaduais para gastos de custeio da forma que a Receita considera irregular. Nesse caso, é oferecido desconto de até 80% no valor devido. Informações de mercado, porém, apontam para baixa adesão à autorregularização.

A intenção da Receita é iniciar processos de fiscalização após encerrado o prazo para correção voluntária das declarações. Nesse caso, serão aplicadas as multas de praxe, que começam em 75%. Como comentou um integrante do Fisco: "Somos gatinhos na autorregularização, mas depois do dia 31 de maio seremos leões."

A tributação dos investimentos offshore se soma aos recolhimentos do Imposto de Renda sobre fundos de investimentos exclusivos, que renderam R\$ 11,4 bilhões, segundo dados divulgados na semana passada. São duas fontes de receita que não vão se repetir.

Para alcançar os R\$ 2,704 trilhões em receitas projetadas para este ano, o governo conta também com o pagamento de R\$ 13 bilhões em dividendos extraordinários da Petrobras. Até agora, a estatal decidiu pela distribuição de metade desse montante. No entanto, as receitas foram projetadas considerando que a outra metade será paga até o fim do ano.

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2024/05/27/fazenda-conta-com-aumento-no-ritmo-de-julgamentos.ghtml>

Carf bate recorde e reduz em R\$ 110 bi estoque de processos

Por Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta - De Brasília

Por Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta - De Brasília

27/05/2024 05h03 Atualizado há 3 horas

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** vem conseguindo reduzir o estoque de processos, encerrando casos de maior valor e alcançando volumes recordes de julgamentos: em abril, foram cerca de R\$ 110 bilhões em processos analisados, a melhor marca desde dezembro de 2019. O órgão recursal é a principal aposta do Ministério da Fazenda para elevar a arrecadação e atingir a meta de déficit zero este ano.

O número de abril ainda será consolidado oficialmente, mas foi antecipado ao Valor pelo presidente do **Carf**, Carlos Higino. Em março, o tribunal administrativo já havia alcançado um volume recorde de julgamentos. A queda no estoque foi de R\$ 70 bilhões, a maior desde a pandemia.

O estoque, porém, ainda soma cerca de R\$ 1 trilhão, distribuídos em aproximadamente 80 mil processos tributários. De acordo com Higino, esse valor continua alto porque, enquanto há processos saindo do **Carf**, outros estão entrando a partir de recursos contra condenações proferidas pelas Delegacias Regionais de Julgamento (DRJs).

A meta de julgamentos para 2024 segue em R\$ 870 bilhões, para gerar uma arrecadação de R\$ 55,6 bilhões, montante mantido no relatório de receitas e despesas do governo apresentado na última semana - além dos casos em que sai vitorioso, o contribuinte, quando perde, ainda pode recorrer ao Poder Judiciário. O **Carf** não faz o controle de quantos encerram a disputa na esfera administrativa ou dão sequência ao litígio.

No segundo semestre, a ideia é acelerar os julgamentos. O Conselho pretende lançar um sistema de inteligência artificial para ajudar os conselheiros a elaborarem as minutas dos votos. O sistema vai se chamar "Iara" e está sendo desenvolvido em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). "Quando estiver rodando, teremos como aumentar a produtividade dos conselheiros", disse Higino.

Além disso, o presidente espera uma mudança no fluxo de julgamentos com a aprovação de súmulas. Desde a edição da Lei nº 14.689, de 2023, as súmulas do **Carf** passaram a ser de observância obrigatória pelos auditores fiscais, o que significa que as Delegacias Regionais de Julgamento também precisam seguir os entendimentos do Conselho - antes não eram obrigados, então podiam julgar de forma diferente, o que dava margem para recursos ao **Carf** apenas para aplicação da jurisprudência.

"Precisamos ter uniformidade e que as decisões do Conselho consigam ser observadas desde o lançamento na **Receita Federal**", afirmou Higino.

Vários fatores contribuíram para as quedas recordes do estoque, de acordo com o presidente. Os principais são: julgamentos de casos de alto valor, o que não foi possível durante a pandemia de covid-19, o retorno do voto de qualidade (o desempate pelo voto duplo do presidente da turma julgadora, representante da Fazenda) e a regulamentação do bônus dos auditores - até o pagamento ser regulamentado, sessões foram paralisadas por falta de quórum. Ainda foram criadas novas turmas de julgamento e o número de conselheiros aumentou.

Higino destacou ainda que "algumas decisões do **Carf** incentivaram transações e acordos no âmbito da PGFN [Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional]". Ele citou como exemplo o recém-aberto edital sobre contratos de afretamento, uma discussão bilionária que o setor de óleo e gás vem perdendo no **Carf**.

Em 2023, ainda ocorriam pedidos para retirada de pauta de grandes processos, o que tem se normalizado, segundo o presidente. "Em 2024 e talvez 2025, devemos ter uma redução muito forte do valor [do estoque]. O montante de R\$ 1 trilhão é inaceitável", disse. Além do valor do estoque, o presidente também projeta uma redução no número de processos na sequência, nos próximos dois anos.

"Estamos caminhando para ver o **Carf** dobrar o recorde de valores julgados em um único ano, que atualmente é de R\$ 430 bilhões", afirmou Jorge Mussa, do Pinheiro Neto Advogados.

Em 2015, lembrou o tributarista, o Tribunal de Contas

da União (TCU) estimou que seriam necessários 77 anos para julgar todo o acervo de processos no Conselho e, desde então, foram implementadas diversas mudanças, como os lotes de repetitivos e o aumento do número de turmas julgadoras com o mesmo número total de conselheiros.

No ritmo atual, acrescentou, o **Carf** levaria apenas 10 anos para julgar todos os processos. "Mas poderá diminuir pela metade o valor em estoque ainda neste ano, se consolidando como um exemplo de sucesso em gestão processual."

A advogada Ana Paula Lui, sócia do Mattos Filho, destacou que o **Carf** ainda vem fazendo alguns ajustes para aumentar o volume de julgamentos, como a criação de novas turmas - mesmo que para isso desfalque, ainda que temporariamente, turmas existentes. Para a advogada, o mês de maio foi de ajuste de turmas e até distribuição de processos. "Isso pode ter dado uma trancada no andamento que vinha bem e corrido, com muitos julgamentos", afirmou.

A tributarista espera que o ritmo continue acelerado no segundo semestre. "Até pelo volume de processos pautados, vemos que eles estão levando a sério aumentar o número de julgamentos e zerar o estoque", disse. O **Carf** tem, inclusive, acrescentou, realizado algumas sessões de julgamento durante as segundas e sextas-feiras - as sessões eram sempre de terça a quinta.

A advogada afirmou que ainda não é possível observar se o **Carf** está mais ou menos favorável aos posicionamentos da **Receita Federal**. Mas disse ter percebido mudanças em decorrência da retomada do voto de qualidade. "Está bem parecido com o que o Conselho já era, inclusive com a volta de alguns antigos conselheiros."

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2024/05/27/carf-bate-recorde-e-reduz-em-r-110-bi-estoque-de-processos.ghtml>

Receita adota tratado e permite alíquota menor de IRRF

Marcela Villar De São Paulo

A **Receita Federal** permitiu que uma refinaria de petróleo brasileira adote alíquota menor do Imposto de Renda (IRRF) em operações com os Emirados Árabes Unidos (EAU) - país que está na "lista negra" do órgão por ser considerado paraíso fiscal. Na visão da Fisco, mesmo que o país do Oriente Médio esteja em jurisdição de tributação favorecida e a alíquota maior, de 25%, devesse ser aplicada, prevalece o tratado firmado entre os dois países, que afasta a dupla tributação e prevê alíquota de 15% na contratação de serviços técnicos.

O entendimento está na Solução de Consulta nº 110, editada recentemente pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que vincula todos os auditores fiscais. Segundo tributaristas, a interpretação é importante por seguir a jurisprudência dos tribunais superiores, que determina a prevalência de tratados internacionais sobre a legislação interna. Os EAU são um dos 38 países com quem o Brasil tem acordo para evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal.

O contribuinte resolveu consultar a Receita para saber qual regra aplicar: a estabelecida no tratado entre os dois países (Decreto nº 10.705, de 2021), que prevê alíquota de 15% na contratação de serviço técnicos com empresas nos EAU, ou a da Lei nº 9.779, de 1999, aliada a uma instrução normativa, que incluíram os Emirados Árabes no rol de jurisdições favorecidas. Para evitar a evasão fiscal, o percentual aplicado seria de 25% do IRRF. Por ter uma posição mais conservadora, a empresa que fez a consulta tem feito a retenção na fonte pela segunda opção.

Ao responder ao questionamento, a Receita afirmou que, mesmo que os tratados não tenham força para revogar a legislação interna, o artigo 98 do Código Tributário Nacional (CFN) assegura que devem ser priorizados. "Os tratados internacionais não revogam a legislação interna. Ela continua válida, porém tem sua aplicação contida pelo tratado internacional. Desse modo, o tratado age limitando a pretensão tributária do Estado", afirma a Cosit. A Receita reforçou ser preciso cumprir os requisitos do tratado, como comprovar a residência da empresa nos EAU, para usufruir dos benefícios.

Na visão do tributarista Caio Malpighi, do escritório

VBSO Advogados, o esclarecimento é relevante, pois ilustra a importância da obediência aos tratados para definir a tributação de remessas ao exterior. "É muito positivo para os contribuintes, porque é um caso em que a empresa está em paraíso fiscal. A regra específica diz que a alíquota aplicada deveria ser majorada", afirma.

A notícia, acrescenta, é positiva para quem importa serviços do exterior e arca, no contrato, com o ônus da alíquota maior do IRRF. Segundo Malpighi, esses contratos podem se tornar menos onerosos para os contratantes, que já prevenindo a retenção, pagam mais caro pelos serviços. Ele também diz que o IRRF é uma forma de simplificar a cobrança de **tributos** e, nos casos em que há a contratação internacional, é a maneira da Receita tributar a renda de pessoas fora do Brasil.

Apesar do aparente conflito entre as normas, o advogado Renato Coelho, sócio do Stocche Forbes Advogados, afirma que "não há antinomia" entre elas. "Se você não partir do pressuposto que o tratado tem prevalência sobre a lei interna, esvazia o motivo da existência do tratado", diz ele, lembrando de precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Segundo o advogado, seria sensato remover os Emirados Árabes Unidos na lista de países considerados paraísos fiscais pela Receita, já que o tratado dá tratamento diferenciado. "Há uma incoerência entre o Brasil evitar dupla tributação com determinado país e, ao mesmo tempo, considerar como paraíso fiscal", afirma Coelho, adicionando que esse tema não teria como vir na solução de consulta.

Ele também entende que, apesar de a Cosit se referir apenas a serviços técnicos, a mesma lógica se aplica para rendimentos de outras naturezas, como pagamento de juros, dividendos ou ganho de capital. "Se vier uma legislação que passe a fazer a tributação de dividendos com alíquota de 20%, o tratado continuaria limitando a alíquota a 15%", diz. "Não será aplicada a alíquota interna se a alíquota do tratado for inferior", adiciona.

O tratado foi firmado durante o governo do ex-presidente Jaú Bolsonaro, durante um contexto político de aproximação entre os dois países. "Quando há a

aproximação comercial, não é desejável a dupla tributação. Torna a relação onerosa e acaba desincentivando os negócios", afirma o advogado Caio Malpighi.

"Solução de consulta ilustra a importância da obediência aos tratados" Caio Malpighi

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187884>

Prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda entra na reta final

ANDERSON PEREIRA* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELÓDI

Se você ainda não declarou seu Imposto de Renda, é hora de se apressar. O prazo final é até a próxima sexta-feira, às 23h59, e ficar em dia evita problemas como multas e complicações legais. A expectativa é que 43 milhões de contribuintes enviem as declarações, um pouco a mais que em 2023 (41,1 milhões). Na Bahia são 1,7 milhão. O balanço nacional mais atualizado indicava que cerca de 10 milhões de contribuintes ainda não entregaram.

São obrigados a declarar todos que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90, considerando o período de janeiro a dezembro de 2023, mais de R\$ 200 mil em rendimentos isentos ou possuem bens de valor superior a R\$ 800 mil. Os documentos necessários incluem informes de rendimentos, documentos de bens (como imóveis e veículos), despesas médicas e dados bancários para restituição ou débitos.

De acordo com Jandira Ramos, analista tributária da **Receita Federal**, é importante que os contribuintes façam a entrega o quanto antes, evitando assim que venham a ser objeto de lançamento de ofício do imposto devido e da multa por atraso. Além disso, alerta sobre possíveis imprevistos que possam ocorrer e prejudiquem o contribuinte na hora de declarar o seu imposto.

"Apesar dos sistemas da Receita estarem dimensionados para receber um volume bem maior de declarações do que o previsto para os últimos dias, o contribuinte pode contar com algum imprevisto com a sua conexão ou algum problema ou falha no computador. E quem deixar para o último dia e tiver imposto a pagar deve atentar, também, para o horário bancário. Quem não pagar até 31, estará sujeito aos acréscimos já no dia seguinte", menciona Jandira Ramos.

Márcio de Souza, 41, explica que deixou para declarar o Imposto de Renda perto do final do prazo porque sempre combina uma data específica com seu contador, mas ressalta o cuidado de evitar possíveis atrasos e problemas com a **Receita Federal**. "Eu pago a um contador para realizar esse serviço, e como o meu só tinha uma data mais para frente, resolvi

prolongar mais para o final, mas é importante declarar logo no início para não ter imprevistos e acabar ficando em dívida com a **Receita Federal**".

Segundo Paulo Almeida Neto, contador e CEO da Hubnexxo, não declarar à **Receita Federal** até o prazo final resulta em multa de 1% ao mês sobre o imposto devido, com valor mínimo de R\$ 165,74 e máximo de 20% do imposto devido. Além disso, o CPF do contribuinte pode ficar irregular, o que dificulta a obtenção de empréstimos, a emissão de passaportes, entre outros transtornos. Almeida alerta também que a declaração de informações falsas ou a omissão de dados pode resultar em multa de até 150% sobre o valor do imposto devido e, em casos graves, levar a processos por crime de sonegação fiscal.

Outro ponto de alerta é a malha fina, processo de revisão de declarações com inconsistências. Causas comuns incluem erros de preenchimento, omissão de rendimentos e divergências em informações de despesas médicas, explica o contador Paulo Almeida Neto. "Para evitar cair na malha fina, é crucial declarar todos os rendimentos, revisar a declaração para evitar erros, manter a documentação organizada e usar os códigos corretos para despesas e rendimentos. Recomendo utilizar o e-CAC para consultar o que foi declarado contra seu CPF e, se necessário, entrar em contato com a parte informante".

Iniciativas solidárias

Para aqueles com dificuldades na declaração ou que buscam informações durante o processo, algumas instituições de ensino superior estão promovendo iniciativas para auxiliar de forma gratuita. O professor Adriano Araújo, coordenador dos cursos de Ciências Contábeis e Logística do Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge), relata que a consultoria promovida pela instituição é fundamental para que os alunos do curso participem de atividades práticas e que contribuam com a vida de outras pessoas. "A Unijorge criou o Núcleo de Gestão Contábil (NGC), responsável pelas ações de declaração do Imposto de Renda para auxiliar a todos que precisarem durante esse período de declaração".

"Atendemos mais de mil contribuintes em 2023. Para 2024, esperamos superar esse número, especialmente com atendimentos em shopping centers, que

aumentam a média para até 200 pessoas por dia", afirma o professor.

Profissionais liberais, motoristas de aplicativos, funcionários de empresas privadas e idosos são o principal público atendido. Com a divulgação da iniciativa, a expectativa é de um aumento na procura nos últimos dias do prazo. "Muitos contribuintes não possuem os documentos necessários para a declaração, o que cria dificuldades. Por isso, estamos vendouma alta procura pelo serviço principalmente agora na reta final, com pessoas que tiveram pendências em seus documentos", analisa Araújo.

Beatriz Cabral, vendedora no Salvador Shopping, buscou a iniciativa promovida pela Unijorge no Salvador Shopping porque não sabia que deveria fazer a declaração, mas recebeu uma notificação de bloqueio de CPF e foi declarar na reta final do prazo. "Recebi um e-mail há dois dias dizendo que meu CPF estava bloqueado. Até então, eu não sabia que tinha que fazer a declaração. Soube da ação da Unijorge pelas redes sociais e hoje decidi tirar minhas dúvidas. Fiz o que precisava e facilitou minha vida, porque o serviço é gratuito e eu já trabalho aqui".

A Universidade Salvador (Unifacs) também está disponibilizando consultorias gratuitas desde o início do período de declaração e terá a última ação no dia 31, no Balcão Cidadão, localizado no Piso L3 do Shopping Piedade. Apesar do serviço ser gratuito, o shopping pede a contribuição de uma lata de leite para auxiliar instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A coordenadora do curso de Gestão e Negócios da Uni-facs, Emily Góes, explica que o objetivo é ajudar pessoas que não conseguem declarar sozinhas por medo ou que não têm condições financeiras de pagar um profissional. "Atendemos pessoas que precisam declarar, mas têm uma renda insuficiente para pagar um contador. Nosso foco é auxiliar pessoas com hipossuficiência econômica, que ocorre quando uma pessoa -física ou jurídica - manifesta incapacidade financeira para custear as despesas relacionadas ao acesso à Justiça".

Os alunos, acompanhados por um professor contador, atendem de segunda a sexta, das 14h às 17h, por ordem de chegada, com uma média de 20 atendimentos por tarde. Desde o início da ação em abril, foram atendidas entre 300 e 400 pessoas para declarações, e cerca de 600 para esclarecimentos de dúvidas.

"A demanda aumenta conforme o prazo se aproxima, pois muitos deixam para a última hora, o que pode gerar dificuldades adicionais, como a falta de

documentos necessários", comenta a coordenadora.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_01B25BC27B1524F197A8A9A34A8CD9EB47D28594E2DE86D6C9E03E131B653FF080C2A8B005DA57467627A77EC8E6C31D49F0EC852B2949F35C1ACBA3C5CC61EF0DEA86C128EC1EF9F4D0D7F803F0FA2947C68F22AB4AE32B3F2F1B8B8A8DF3E0A7395818949E6E05D8D05ABE9AA95B5E24FEB3D3B3EB8F1BE93D3

Declaração do Imposto de Renda entra na reta final

O contribuinte que ainda não entregou a declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) 2024 precisa correr contra o tempo, já que o prazo encerra na próxima sexta-feira (31), às 23h59. Embora a data inicial para prestar contas ao Leão tenha sido no dia 15 de março, muitas pessoas deixaram para a última hora e correm o risco de preencher os dados às pressas, aumentando as chances de cair na malha fina.

Segundo dados da **Receita Federal**, em Pernambuco, até a última sexta-feira (24), mais de 830 mil declarações - das 1,2 milhão previstas - haviam sido enviadas. No Brasil, a estimativa da Receita é receber 43 milhões de declarações até o último dia. O contador Paulo de Tarso explicou que quanto mais o prazo encurta, mais há chances de complicações na hora de declarar. "O primeiro passo é separar e organizar todos os documentos, abrangendo os pessoais, como CPF e título de eleitor, comprovantes de renda, comprovantes de bens e imóveis e recibos de gastos com saúde e educação.

Sabe aquele e-mail que recebemos com o informe de rendimentos?

Juntem todos, eles são necessários", pontuou o especialista.

Segundo Tarso, esse cuidado é necessário para não haver equívoco no ato do preenchimento da declaração e o contribuinte, por descuido, pressão ou falta de tempo, deixe algo passar despercebido. "Já que está na reta final, fica mais complicado ter tempo de consertar, podendo a pessoa, por exemplo, cair na malha fina", acrescentou o contador.

Entre os principais problemas estão valores incorretos, rendimentos omitidos, informações cadastrais erradas, ou até mesmo a falta de documentos que comprovem as informações declaradas.

Além disso, é preciso levar em consideração, também, que questões técnicas podem acontecer, como problemas no programa e quedas de conexão ou energia.

Apesar dos riscos, muitos brasileiros ainda não cumpriram com a obrigação anual. É o caso da gerente administrativa, Grazielli Fróes. "Estou com a

casa em obra e muita demanda no trabalho, então acabei deixando a declaração para o final da fila das prioridades". Ela admitiu que organizar os documentos necessários tem sido desafiador.

Com a correria e pressão para finalizar tudo com êxito, Grazielli entendeu que não dá para procrastinar tanto assim. "A pressa é inimiga da perfeição. Deixar para a última hora nos faz "correr contra o tempo", e podemos deixar algo passar.

No próximo ano, planejo levantar os documentos com tranquilidade e fazer a conferência da declaração sem pressa. Tratar o IR como prioridade é essencial", concluiu a gerente.

Pedir ajuda Quem tem dúvidas sobre como preencher a declaração, não deve hesitar em procurar ajuda. Um profissional especializado na área pode facilitar o processo e ainda possibilitar que a declaração esteja otimizada para obter os melhores benefícios fiscais com deduções legais, como despesas médicas, de educação, de previdência privada e pensão alimentícia, por exemplo.

"Se você quer ter sua declaração totalmente bem preenchida, sem erros, sem nenhum tipo de situação que vai te colocar na malha fina, a ajuda de um contador vai auxiliar da melhor forma possível", explicou Paulo.

A professora Adelaide Lira, que optou por declarar seu IR assim que foi liberado o período, explicou que a ajuda de um profissional foi fundamental. "Para garantir uma declaração antecipada e precisa, contei com a ajuda de um contador.

Além de me trazer tranquilidade e alívio, ajuda a evitar erros. Tive que retificar umas coisas e, como tinha tempo e os serviços do profissional, deu tudo certo", disse.

Para os que não desejam ou não podem procurar ajuda profissional, uma alternativa é enviar a declaração pré-preenchida no site da **Receita Federal** e posteriormente fazer os ajustes. A retificação não gera multa e permite corrigir quaisquer erros com calma após o prazo.

Restituição Ao todo, serão pagos cinco lotes de

restituição, sendo o primeiro no dia 31 de maio. Quem declarou com antecedência, receberá na primeira data. A cada mês é recebido um lote de restituição. Portanto, o segundo lote está previsto para o dia 30 de junho, o terceiro para 31 de julho, o quarto para 31 de agosto e o quinto, e último lote, para o dia 29 de setembro.

Segundo Tarso, quanto mais o contribuinte demorar para enviar os informes, mais irá demorar para receber a restituição, caso haja valores a receber. "Como já estamos, praticamente, com o prazo estourando, quem declarar por esses dias, receberá a restituição no último lote", completou.

Multa O contribuinte que não declarar até o próximo dia 31, está sujeito ao pagamento de multa pelo atraso das informações. Quem descumprir a obrigatoriedade sofrerá uma penalidade de 1% ao mês, sobre o valor do imposto de renda devido - calculado na declaração -, mesmo que esteja pago. O valor mínimo da multa é de R\$ 165,74, podendo chegar, no máximo, a 20% do valor do imposto de renda. Ao deixar de entregar a declaração, além da multa, o contribuinte pode cair na malha fina e ter restrições no CPF, ficando impedido de obter empréstimos e financiamentos, tirar passaporte, realizar concursos públicos e participar de programas governamentais.

E, caso haja comprovação de má-fé ou fraude por parte do cidadão, o responsável corre risco de responder a um processo criminal por sonegação fiscal, além das multas.

A Lei inclusive prevê pena de prisão para o crime de sonegação de **impostos**, numa situação extrema.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/hkty/#p=1>

Brasil economizaria R\$ 550 bi em dez anos com mudanças nas regras da Previdência, diz estudo

Mudanças nas regras da **Previdência Social**, como a desvinculação do piso do salário mínimo e reformas na aposentadoria rural, podem gerar economia de R\$ 550 bilhões em dez anos às contas públicas do país. A estimativa faz parte de um estudo do Centro de Liderança Pública (CLP).

O levantamento argumenta que os benefícios pagos pelo **INSS**, como o de prestação continuada (BPC) - no valor de um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência -, e o regime próprio dos **servidores públicos** (RPPS), tiveram gastos de R\$ 187 bilhões em 2023.

Enquanto o regime rural, por exemplo, mesmo que possua menor número de contribuintes, teve gastos referentes a 1,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**), de R\$ 174 bilhões no ano passado, diz o levantamento.

Conforme a CLP, uma reforma nesses setores aliviaria o déficit fiscal do Brasil e "liberaria recursos significativos que poderiam ser redirecionados para outras áreas críticas, como saúde, educação, e infraestrutura ou até mesmo para a redução da carga tributária".

O Ministério da **Previdência Social** afirmou que o efeito possível dessas mudanças propostas pelo estudo é de "um aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade no país".

Segundo a Previdência, em 2022, os benefícios previdenciários e assistenciais retiraram 27,3 milhões de pessoas da pobreza extrema. Neste cenário, a taxa de pobreza extrema seria de 23% da população sem os benefícios pagos pelo **INSS**. Com os benefícios, o índice foi de 10,4%.

DESVINCULAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

O atual governo reintroduziu uma regra na política de valorização do salário mínimo, que já havia sido válida em outros governos petistas e na gestão Michel **Temer** (MDB), de reajuste pela **inflação** do ano anterior pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais o crescimento do **PIB** dos dois anos anteriores.

Nesse cenário, a ministra Planejamento, Simone Tebet, iniciou um debate sobre desvincular esse aumento do salário mínimo proposto por Lula de benefícios previdenciários e outros programas oficiais - como o seguro-de-emprego e o BPC, para atenuar os impactos no orçamento.

A medida, porém, não teve apoio a ala política do governo.

Segundo a pesquisa da CLP, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Contínua (PNADC), apontam que o percentual de beneficiários da Previdência e BPC teve um crescimento de 12,5%, em 2012, para 15,1% em 2023.

Sendo que aqueles que recebem o valor mínimo aumentou de 6,6% para 7,7% no ano passado - o equivalente a dois terços dos beneficiários de todo sistema previdenciário, segundo o levantamento.

O CLP calculou que se a política de desvinculação tivesse sido feita em 2012, os beneficiários receberiam o piso de R\$ 1.180. Atualmente o salário mínimo é de R\$ 1.412.

Segundo o levantamento, enquanto o salário mínimo seguiria aumentando em termos reais, o piso previdenciário permaneceria em relação ao seu nível de compra do primeiro ano.

Somente em 2026 a economia nas contas públicas com essa medida seria de R\$ 6 bilhões, acumulando aproximadamente R\$ 400 bilhões até 2035, considerando também que o aumento de pessoas que acessam esses benefícios e o total da população continue crescendo em um padrão histórico, mostra o levantamento.

Marcus Pestana, diretor-executivo do Instituto Fiscal Independente (IFI), anahsou, que reformas na Previdência são necessárias para "conter o déficit, diminuir a pressão desse item e liberar recursos para outras políticas públicas. Mas é um tema extremamente complexo do ponto de vista político".

Segundo ele, caso esse movimento pesado do setor continue, o Estado irá se tornar "um coletor de **impostos** e um pagador de benefícios, ele não vai ter nenhum papel de transformação do país".

O especialista também pontuou que a **seguridade social** é importante, principalmente para os brasileiros mais pobres e considerando também a mudança na pirâmide etária do país.

Porém, é preciso que o governo reconheça sua capacidade ajustada na proporção de **impostos** recolhidos, os quais financiam o setor público e o Estado.

APOSENTADORIA RURAL

Para o Centro de Liderança Pública, o regime de aposentadoria rural evoluiu para funcionar mais como um benefício assistencial do que como um retorno por contribuição.

E com uma reforma nesse setor, que inclui transformá-la em um modelo de Benefício de Prestação Continuada até 2030, pode ser acumulada uma economia de R\$ 150 bilhões ao longo de uma década.

A maior parte dessa economia viria das alterações relacionadas à idade mínima, que se uniformizariam em 65 anos até 2035, de acordo com o estudo.

Site: <https://agazetadoamapa.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Jornal-A-Gazeta-AP-26-e-27-de-05-de-2024.pdf>

Segurado do INSS deve ficar atento à relação de documentos

Os segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que dão entrada no pedido de aposentadoria no Brasil enfrentam algumas dificuldades, acentuadas nos últimos anos. E os obstáculos podem surgir por erros dos trabalhadores ou da autarquia federal. Os problemas foram acentuados por conta da pandemia da Covid- 19 e também pelo aumento da fila de pedido de benefícios em todo País.

Entre os principais entraves está a documentação exigida pela autarquia federal. E o entrave pode acontecer pelo esquecimento da entrega da documentação completa ou da realização de algum ato burocrático obrigatório. Já no **INSS** os problemas mais comuns são na avaliação da prova apresentada pelo segurado, na realização da perícia médica, na análise inadequada da legislação previdenciária, dentre outras situações.

O advogado especialista em direito previdenciário, Celso Joaquim Jorgetti, sócio da Advocacia Jorgetti, afirma que as falhas nas informações prestadas pelo segurado ao **INSS** afetam o andamento de processos de aposentadorias. "Os erros mais comuns cometidos pelos segurados no momento de solicitar benefícios ao **INSS** são na documentação. Como, por exemplo, não corrigir as divergências apresentadas no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), nos dados pessoais, ausência de data de saída de algum vínculo, falta de registro de contribuições individuais e contribuições realizadas a menor; não contratar um advogado para orientá-lo qual o melhor momento de requerer o benefício e assim garantir um valor de benefício melhor; pagamentos em atraso sem comprovação de atividades; falta de comprovação de atividades especiais; falta de documentos comprovando atividade rural e falta de comprovação de dependência econômica e convivência, no caso de pensão por morte na união estável", pontua.

Jorgetti afirma que quando há pendências na documentação, o **INSS** simplesmente tem negado a concessão do benefício, forçando o segurado a entrar com recurso, o que faz com que o pedido volte para a fila de espera demorando mais tempo para ser analisado.

"Existem casos em que o recurso é negado e é necessário propor ação judicial para resolver, sendo que isso poderia ter sido evitado com a regularização

das pendências antes do requerimento do benefício".

Outro problema de documentação que pode atrasar o pedido de aposentadoria ou de outros benefícios está relacionado a problemas no atestado médico. O documento médico deve relatar exatamente qual a doença que o segurado possui, o tempo de afastamento necessário para recuperar sua capacidade laborativa, além do código internacional de doença, também chamado de CID.

"O atestado médico apresentado no pedido ao **INSS** deve observar os seguintes requisitos: estar legível e sem rasuras; conter a assinatura do profissional emitente e carimbo de identificação, com registro do Conselho de Classe; conter as informações sobre a doença ou CID; e conter o prazo estimado de repouso necessário", relata o advogado Ruslan Stuchi, sócio do Stuchi Advogados.

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_1C0B351396FD0A830001B59F29D6304F98265F61133B9850CF61B3CAA7E64D7D5942882F4EC9FA7DB4479E16239F3305E79972158FF7D580143E43CE630488E6C97522EC78E2F14FDB2B6098EA29069F593C77A29DC09FE6D6762DE38B6CE7157243C2054C9F5A1AE6901C1F995BBAEF6CF878C93B29FE2B34B1F63ABA66F

Evolução do déficit pode levar a nova reforma

GABRIEL DA MOTA

Uma recomendação feita no dia 2 de maio pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na rede social X (antigo Twitter), para um artigo de Bráulio Borges sobre as finanças públicas causou agitação entre analistas políticos e econômicos. O texto de Borges, que critica aspectos do governo Lula e propõe cortes de gastos, incluindo uma revisão na Previdência, contrasta com as políticas vigentes. A sugestão de desvincular o salário mínimo dos benefícios previdenciários é especialmente polêmica, dado o contexto de políticas de valorização do salário mínimo, e destaca a necessidade de discussões sobre as finanças previdenciárias.

Atualmente, cerca de 70% dos 33 milhões de aposentados e pensionistas do **INSS** recebem o piso previdenciário de R\$ 1.412, enquanto no Benefício de Prestação Continuada (BPC), 5,8 milhões de beneficiários recebem o mesmo valor. Com previsões de aumento do salário mínimo, o governo estima que para cada R\$ 1 a mais, os gastos com a Previdência e o BPC crescerão R\$ 359 milhões até 2025 - quando se espera que o piso nacional chegue a R\$ 1.502. Apesar de a ministra do Planejamento, Simone Tebet, parecer concordar com a possibilidade de desvincular os benefícios da variação do salário mínimo, o ministro da Previdência, Carlos Lu-pi, e o ex-presidente Lula não apoiam a mudança, argumentando que é um direito garantido pela Constituição e que poderia enfrentar obstáculos legais.

O debate recente colocou a Previdência em destaque, destacando que os ajustes salariais são apenas parte do problema. De acordo com o Boletim Estatístico da **Previdência Social**, em 2023, o déficit previdenciário ultrapassou os R\$ 300 bilhões, quatro anos após uma reforma significativa que visava melhorar suas contas. O déficit considera apenas os aposentados do **INSS** - se considerar os servidores civis e militares, o rombo supera os R\$ 400 bi, representando cerca de 4% do **PIB** e 54% do orçamento do ano anterior.

Analistas ouvidos pela revista Veja alertam cada vez mais para a inevitabilidade de uma nova reforma da Previdência em breve, citando questões não resolvidas pela reforma de 2019. Além disso, há uma necessidade premente de discutir novos aumentos na idade mínima de aposentadoria, atualmente

estabelecida em 65 anos para homens e 62 para mulheres, buscando a equiparação entre os gêneros, bem como a desvinculação do salário mínimo sugerida por Tebet. A revisão das aposentadorias dos militares, que foram poupados na reforma de 2019, e a aplicação das novas regras aos servidores estaduais e municipais, inicialmente excluídos, também estão entre as prioridades.

Os microempreendedores individuais (MEIs) (cujo regime tributário especial recolhe apenas 5% do salário mínimo para o **INSS**) contribuem apenas com 1% da receita e, eventualmente, podem gerar um déficit significativo no futuro, mesmo que ainda não tenham começado a se aposentar.

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Desvinculação - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Esta foi a afirmação do ministro da **Previdência Social** publicada na imprensa, domingo, dia 18 de maio de 2024: "Carlos Lupi, ministro da **Previdência Social**, descartou qualquer possibilidade de que os reajustes do **INSS** sejam desvinculados do salário mínimo". Parece-nos não, o ministro precisa se atualizar com informações corretas sobre a questão dos reajustes previdenciários, principalmente sobre a desvinculação que já vem ocorrendo desde 1991, há 33 (trinta e três) anos, governo Fernando Collor de Mello. Aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, lamentam que o mandatário da pasta desconheça o que vem acontecendo há mais de três décadas, prejudicando-os inclusive na qualidade de vida que possuíam.

GESTÃO

A gestão da **Previdência Social**, no entendimento dos seus participantes--contribuintes, não deveria ser entregue a políticos, e sim a profissionais da área, conhecedores do Sistema Previdenciário. Se isso acontecesse não haveria informações desencontradas, desatualizadas e que não condizem com a realidade. A afirmação do ministro Carlos Lupi sobre a desvinculação dos reajustes do **INSS**, vem comprovar que procedimentos adotados no comando previdenciário não favorecem o Sistema, senão já teríamos efetivada a correção dos proventos das aposentadorias e pensões, ou melhor, nem se processaria a desvinculação dos reajustes com o mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo.

RECURSOS

Os recursos financeiros arrecadados para o Sistema Previdenciário Brasileiro têm contribuído decisivamente para aplicação em programas de governo que não estão ligados à **Previdência Social**. Isso acontece há mais de um século. Com o advento da **Seguridade Social**, compondo-se das áreas de saúde, assistência social e **previdência social**, criou-se em 1994, governo Fernando Henrique Cardoso, um instrumento perverso que foi a Desvinculação de Receitas da União, que chamamos de famigerada DRU, permitindo, com aval do Congresso Nacional (deputados federais e senadores), a retirada de recursos para cobrir outras despesas não identificadas como **Seguridade Social**.

CONTROLE

O controle dos recursos financeiros que se arrecada e se disponibiliza no Orçamento da **Seguridade Social** não pode nem deve ser vulnerável. Esses valores são de grande monta e precisam ter a garantia para custear somente as despesas decorrentes com saúde, assistência social e **previdência social**, conforme estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Título VIII - Da Ordem Social, Capítulo II - Da **Seguridade Social**, artigos 194 a 201, o controle tem que ser efetivo, rigoroso e capaz de impedir que pessoas e organizações inescrupulosas se aproveitem das facilidades.

FRAUDES

Os órgãos da Federação deverão de estar equipados adequadamente para cumprir suas atribuições com eficiência, evitando-se o que aconteceu recentemente em Belém, Castanhal e Colares, invadidos por fraudadores, locupletando-se de valores na ordem de R\$6 milhões dos cofres do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS). Recursos humanos qualificados e equipamentos tecnológicos atuais e modernos são necessários e prioridade para sanar tais irregularidades que somente causam na prestação de um serviço público tão essencial ao contribuinte. Parabéns à Polícia Civil do Estado que prendeu os três servidores envolvidos.

EXPECTATIVA

Aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, estão na expectativa para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva corrija o malfeito dos ex-presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Collor promoveu a desvinculação dos reajustes do mesmo percentual aplicado ao salário mínimo e Fernando Henrique Cardoso criou o instrumento Desvinculação de Receitas da União - DRU, para transferir recursos financeiros do Orçamento da **Seguridade Social**, causando prejuízo considerável às áreas de saúde, assistência social e **previdência social**, impedindo-as na realização, a contento, de suas atribuições.

CARIDADE

"Na caridade o pobre é rico, sem caridade o rico é pobre" (Santo Agostinho).

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 7

Publicado em 27/05/2024 - 07:06 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A Caixa Econômica Federal paga nesta segunda-feira (27) a parcela de maio do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 7.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 682,32. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,81 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,18 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 250 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras

estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 170 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,59 milhões de famílias estão na regra de proteção em maio. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,87.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em junho.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-05/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-7>

Declare o Imposto de Renda incompleto e fuja da multa; veja o que fazer (Imposto de Renda)

Os contribuintes obrigados a declarar o Imposto de Renda 2024 que não têm todas as informações sobre seus rendimentos, bens e demais movimentações financeiras podem enviar a declaração incompleta à **Receita Federal** para fugir da multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

"Não entregar não é uma opção", afirma o advogado tributarista Jonathas Lisse, da VRL Advogados. O prazo acaba às 23h59 desta sexta-feira (31). Apenas nas cidades atingidas pelas chuvas no Rio Grande do Sul é que há prazo maior, até 30 de agosto.

Além da multa, a pessoa que é obrigada a declarar e não presta contas ao fisco pode sofrer uma punição ainda maior, que vai do bloqueio do CPF à prisão em casos mais graves.

Enviar o IR incompleto é a melhor forma para evitar a multa. "Depois, o contribuinte faz com calma, acrescenta todos os dados necessários e entrega a retificação", afirma Eduardo Natal, sócio do Natal E Manssur Advogados.

Quem não ainda entregou também deve observar que o último dia será no meio do feriado de Corpus Christi. As agências da Receita não abrirão na quinta-feira (30) e sexta-feira (31), e só voltam a atender presencialmente em 3 de junho.

A entrega da declaração não será impactada, pois hoje ela é feita de forma remota. Mas quem precisa esclarecer alguma dúvida ou retirar documentos necessários com o fisco terá até quarta-feira (29) para ir em um posto de atendimento do órgão.

Para quem ainda não se preparou, o primeiro passo é saber se cumpre uma das regras de obrigatoriedade de entrega da declaração.

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou

tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

Se estiver obrigado a declarar, separe os documentos necessários, principalmente os documentos pessoais (RG, CPF e título de eleitor), os informes de rendimentos enviados por empresas, bancos, financeiras, imobiliárias, planos de saúde e outros, e

comprovantes, recibos e notas fiscais para justificar despesas com saúde, educação, previdência privada e doações que podem ser usadas para deduzir o IR.

Quem não teve tempo para separar esses comprovantes, a recomendação é que evite declarar essas despesas para a Receita. Posteriormente, a declaração pode ser corrigida quantas vezes for necessária pelo contribuinte e esses pagamentos poderão ser incluídos.

Com os documentos em mãos, é hora de escolher como será feita a declaração. É possível fazer o download do PGD (Programa Gerador de Declaração) no computador, ou baixar o aplicativo Meu Imposto de Renda para celular e tablet, ou ainda declarar no portal e-CAC (Centro de Atendimento Virtual) da Receita.

Se não houve muito tempo separar a documentação, a sugestão é usar o recurso da declaração pré-preenchida. Para isso, a Receita exige uma conta nível prata ou ouro no portal gov.br. Clique aqui para saber como criar a conta e atingir o nível exigido.

"Se ela não tem todos os documentos, a forma para errar menos é usar a pré-preenchida, ainda mais para quem declarou nos outros anos. É só importar os dados, verificar as atualizações que precisam ser feitas e enviar", afirma Claudinei Tonon, presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo.

O recurso, porém, apresenta erros e é recomendado que o contribuinte verifique se os dados que constam na declaração estão corretos. Ausência de dados bancários, da aposentadoria e de reembolso nos planos de saúde, erros de informações nos investimentos, no valor de imóveis e nas operações com criptomoedas, e dados duplicados nos investimentos são alguns dos problemas apontados por contadores.

As fichas que precisam de maior atenção são a identificação do contribuinte, os rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica (como salário, aposentadoria e pensão) ou de pessoa física (no caso dos autônomos), e os pagamentos efetuados (onde são incluídas as despesas dedutíveis como os gastos com saúde e educação).

"Os rendimentos tributáveis e as despesas dedutíveis são as partes que a Receita tem uma atenção maior, pois afetam o valor a ser pago pelo contribuinte", afirma Natal.

O contribuinte deve preencher as fichas da declaração e revisar antes de enviar para a Receita. De acordo com o órgão, os erros de digitação são as falhas mais recorrentes que levam a pessoa para a malha fina.

Com as fichas preenchidas, o passo seguinte é selecionar a tributação mais vantajosa: por desconto simplificado ou dedução legal.

A primeira tem um desconto-padrão de R\$ 16.754,34, enquanto a segunda subtrai as despesas dedutíveis para calcular o imposto. Após definir a tributação, essa escolha só pode ser alterada até 31 de maio, exceto as cidades que estão em calamidade pública no Rio Grande do Sul, que tiveram o prazo prorrogado até 31 de agosto.

"Se a pessoa não se preparou, não encontrou todos os documentos e tem dúvida sobre algumas despesas, a melhor opção é o desconto simplificado, pois já garante o desconto de 20% sem precisar provar. Depois que você entregou, procure com calma todos os documentos e faça uma declaração retificadora", afirma Tonon.

Confira se há pendências na declaração no item "Verificar pendências", em Fichas da Declaração. A ferramenta aponta se há erros. Caso a pendência esteja na cor vermelha, o contribuinte terá de corrigir obrigatoriamente para o envio da declaração. Já a cor amarela é uma correção opcional e não impede o envio.

Feito isso, selecione "Entregar a Declaração" e informe os dados para pagamento de restituição ou emita o Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) para pagamento do imposto, que pode ser quitado à vista ou em até oito vezes.

Grave a declaração, o programa irá fechar o documento e, em seguida, clique sobre seu nome para transmitir, gerar o recibo e salvar a cópia do IR e do recibo. É importante guardar o recibo e todos os documentos usados na declaração, pois a Receita tem até cinco anos para questionar as informações enviadas.

Depois de 24 horas do envio, entre no portal e-CAC da Receita para saber se a declaração foi aprovada ou caiu na malha fina. Caso o fisco tenha retido a declaração, é preciso checar os motivos e corrigi-los. Clique aqui para saber como consultar e efetuar as alterações solicitadas pela Receita.

O contribuinte que é obrigado a declarar e não cumpre seu dever terá o nome incluído no Cadin (Cadastro Informativos de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal), que funciona como um "Serasa do governo".

A pessoa não poderá obter créditos que envolvam recursos públicos ou conseguir incentivos fiscais e

financeiros. Além disso, o CPF pode ser bloqueado, o que impede a pessoa de fechar financiamentos, prestar concursos públicos, abrir conta bancária e até casar.

Por fim, dependendo da gravidade, o contribuinte ainda pode ser investigado pela Receita por sonegação fiscal, quando há a suspeita de ato intencional. A pessoa investigada terá direito a ampla defesa e a pena prevista é de seis meses a dois anos de prisão, e multa de duas a cinco vezes o valor do tributo devido.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/declare-o-imposto-de-renda-incompleto-e-fuja-da-multa-veja-o-que-fazer.shtml>

Aposentadoria, salário-maternidade... conheça os direitos dos MEIs

Por Rayane Moura, g1

Aposentadoria por idade, auxílio-doença, pensão por morte e salário-maternidade são alguns dos benefícios previdenciários a que todo MEI tem direito após se regularizar.

Esses benefícios são garantidos por lei através do pagamento da contribuição mensal, também conhecida como Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

No entanto, para ter esses direitos, o microempreendedor precisa pagar as contribuições mensais em dia e cumprir a carência necessária para cada benefício.

Ao se regularizar como Microempreendedor Individual (MEI), diversos benefícios previdenciários são garantidos por lei.

?? Mas, atenção: para ter todos esses direitos, o microempreendedor precisa pagar as contribuições mensais em dia e cumprir a carência necessária para cada benefício.

A contribuição é paga por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), que é a soma da contribuição previdenciária (5% do salário-mínimo), com os **impostos** devidos pelos MEIs (entenda como funciona).

Veja abaixo todos os benefícios que os MEIs regularizados têm direito:

Aposentadoria por idade
Aposentadoria por invalidez
Auxílio-doença
Salário-maternidade
Auxílio-reclusão
Pensão por morte

?? COMO SOLICITAR? Todos os benefícios podem ser solicitados pelo telefone 135 ou no portal "Meu **INSS**" - em alguns casos é necessário agendar o atendimento ou ir a uma agência pessoalmente formalizar o pedido.

1. Aposentadoria por idade

Assim como uma pessoa física, o microempreendedor também tem direito a aposentadoria. Porém, existem dois cenários: antes e depois da reforma da

Previdência.

Antes da reforma

Para o Microempreendedor Individual se aposentar por idade antes da reforma da Previdência, que passou a vigorar a partir de 13 de novembro de 2019, era necessário:

60 anos de idade para mulher; 65 anos de idade para homem; Ter 15 anos de contribuição, para ambos os sexos.

Depois da reforma

Para quem ingressou no regime após a reforma da Previdência, as regras de aposentadoria mudaram:

Mulher: 62 anos de idade + tempo mínimo de contribuição de 180 meses (15 anos); Homem: 65 anos de idade + tempo mínimo de contribuição de 240 meses (20 anos).

2. Aposentadoria por invalidez

O empreendedor também tem direito a aposentadoria por situação de invalidez, que mudou o nome para aposentadoria por incapacidade permanente. O benefício é concedido para profissionais impedidos de trabalhar permanentemente por razões de doença ou acidentes.

Para ter acesso, é necessário no mínimo 12 meses contribuições através da guia DAS. A incapacidade por doença deve ser comprovada por meio de um laudo médico, que é liberado através da avaliação pericial.

3. Auxílio-doença

Assim como a aposentadoria por invalidez, o auxílio-doença mudou o nome para auxílio por incapacidade temporária. Para ter direito, é necessário ter no mínimo 12 contribuições mensais.

Esse benefício é liberado ao empreendedor que necessita de afastamento das atividades profissionais por mais de 15 dias por motivos de doença ou acidente, de modo temporário - ou seja, pode voltar ao trabalho após recuperação.

4. Salário-maternidade

O salário-maternidade também é um direito de todos os empreendedores regularizados. Para obter o benefício, é necessário pagar regularmente as contribuições mensais do MEI (o DAS) por um tempo mínimo de 10 meses, contados do primeiro pagamento realizado em dia.

O benefício é liberado por até 120 dias. As solicitações podem ser feitas pelas mulheres nos seguintes casos:

Parto: pode ser solicitado 28 dias antes do parto, com atestado médico. No caso de solicitação após o nascimento, o pedido deve ser feito mediante certidão de nascimento. Adoção ou guarda judicial para fins de adoção (criança com, no máximo, 12 anos): pode ser solicitado a partir da data de adoção ou da guarda por meio do termo ou da certidão. Parto de natimorto (morte de um feto após 20 semanas de gestação): caso o auxílio seja pedido após o ocorrido, é preciso comprová-lo com a certidão do natimorto. Aborto espontâneo ou casos previstos em lei: para a garantia do benefício, deve ser apresentado o atestado médico que comprove o acontecimento.

Para os homens, o salário-maternidade é um direito nas seguintes situações:

Falecimento da gestante: o benefício é pago durante o período entre a data do óbito e o último dia do término do salário-maternidade original. Adoção ou guarda judicial para fins de adoção (a criança deve ter, no máximo, 12 anos): o benefício é concedido a partir da data de adoção ou da guarda por meio do termo ou da certidão.

Vale lembrar que o salário-maternidade não pode ser acumulado a outros benefícios do **INSS**, como auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.

5. Auxílio-reclusão

O auxílio-reclusão é um benefício que oferece suporte financeiro à família do empreendedor que esteja cumprindo prisão em regime fechado. Para ter direito, é necessário ter no mínimo 24 contribuições mensais, contadas a partir da primeira DAS paga em dia.

O auxílio-reclusão não é pago ao detento, mas aos dependentes como companheiro ou companheira, cônjuge, filhos menores de 21 anos ou pais. O valor do benefício é calculado com base na média dos salários de contribuição do segurado, podendo ser de até um salário-mínimo (R\$ 1.412).

6. Pensão por morte

Diferente dos outros benefícios, a pensão por morte não exige um tempo mínimo de contribuição ou carência. Porém, o período de duração pode variar conforme o tipo de dependente (cônjuge, companheira/companheiros ou filhos).

Questões como idade dos filhos, tempo de casamento ou de união estável, além da idade do cônjuge ou companheiro, podem variar no tempo de cobertura - que pode ser por um período determinado ou permanente.

Para o cônjuge ou companheiro ter direito total ao benefício, é necessário que o MEI tenha realizado 18 contribuições mensais. Além disso, o casamento ou união estável precisa ter iniciado há pelo menos dois anos antes do falecimento do segurado.

Em casos em que o óbito acontece antes dos 18 meses de contribuição, o benefício é pago apenas por 4 meses - já que o pagamento mínimo não foi efetuado. A regra também se aplica em uniões estáveis ou casamentos que tenham um período inferior a dois anos.

Caso a morte do MEI aconteça depois das 18 contribuições mensais pagas e pelo menos dois anos após o início do casamento ou da união estável, a duração da pensão por morte varia de acordo com a idade do cônjuge:

Para filhos, terão direito menores de 21 anos, inválidos, com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave. Em alguns casos, pais e irmãos também têm direito se comprovarem a dependência econômica.

Vale lembrar que a pensão por morte também pode ser paga em casos de desaparecimentos que possuem morte presumida e declarada judicialmente.

Veja também:

Site:

<https://g1.globo.com/empreendedorismo/noticia/2024/05/27/aposentadoria-salario-maternidade-conheca-os-direitos-dos-meis.ghtml>

Despesas da previdência disparam, colocando o arcabouço fiscal em xeque já em 2027, dizem especialistas

As despesas da **Previdência Social**, pressionadas pela política de reajuste do salário mínimo do atual governo e pelo envelhecimento cada vez mais acelerado da população brasileira, começam a reduzir os efeitos positivos da reforma de 2019. Projeções recentes do próprio governo apontam uma piora nas contas, mesmo considerando um cenário mais otimista para a economia. Para especialistas, já em 2027 esses gastos tornarão impossível cumprir o arcabouço fiscal.

A análise da evolução das despesas da Previdência pode ser feita por várias métricas. Uma delas revela um aumento de gastos acima da **inflação** e acima do crescimento previsto do arcabouço fiscal, junto com os pisos de Saúde e Educação - o que tira espaço para praticamente toda a despesa discricionária, para investimento e custeio da máquina, a partir de 2027. O arcabouço prevê que as despesas crescerão no máximo 2,5% acima da **inflação**.

- Ou o próximo governo afrouxa as regras fiscais ou corta despesas obrigatórias - afirma o economista Fabio Giambiagi.

Outro dado, da despesa como proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**), também mostra uma piora. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, o governo previa, por exemplo, que as despesas do Regime Geral de Previdência (que pagam as aposentadorias do **INSS**) chegariam a 2026 equivalendo a 7,69% do **PIB**. Um ano depois, na proposta da LDO de 2025, a previsão subiu a 7,85% do **PIB**.

Os números ainda podem ser piores. Especialistas como Marcos Mendes e Rogério Nagamine avaliam que as despesas do governo estão subestimadas em R\$ 16 bilhões neste ano e o dobro disso em 2028.

Em 2023, voltou a vigorar a política de reajuste do salário mínimo que prevê ganho real baseado no crescimento do **PIB** de dois anos anteriores ao aumento. Isso é apontado como fator de pressão sobre as contas públicas, porque cada aumento de R\$ 1 no mínimo representa uma alta de quase R\$ 400 milhões em despesas.

Desvinculação ajudaria

Na avaliação de especialistas, o desequilíbrio terá de ser enfrentado a partir de 2027 para evitar uma explosão do déficit da Previdência em meados da próxima década. Atualmente, o resultado anual do **INSS** (diferença entre a arrecadação e a despesa com os benefícios) está negativo em torno de 2,32% do **PIB**.

Esse percentual tende a cair nos próximos anos, devido aos efeitos das regras de transição da reforma. Mas, dentro de oito anos, o desequilíbrio volta a crescer, para retornar ao patamar atual em 2036 e entrar em trajetória ascendente em 2038.

- O ideal seria fazer uma nova reforma já em 2027. O sistema previdenciário de um país representa uma conciliação entre a realidade social e a lógica dos números. Em 2019, a lógica dos números não podia mais ser ignorada, e a sociedade teve que se adaptar a uma mudança inevitável - afirma Giambiagi. - O tema adquire importância maior pela verdadeira contrarreforma representada pela atual política de valorização do salário mínimo.

Na avaliação do economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, a questão fiscal já seria resolvida se fosse adotada a atualização anual dos benefícios do **INSS** apenas pela **inflação**, sem a necessidade de fazer uma nova reforma nos próximos anos. Conforme seus cálculos, os gastos com a aposentadoria ficariam estáveis em relação ao **PIB** nos próximos dez anos, em 8,1%, se fossem reajustados apenas pela **inflação**.

Já se for mantida a vinculação ao salário mínimo, chegaria a 2034 em 9,04% do **PIB** - uma diferença em termos nominais de R\$ 216,7 bilhões em um só ano. Em 2025, o espaço criado com uma possível mudança já seria de R\$ 15,3 bilhões, quase dobrando em 2026 e chegando a R\$ 42,5 bilhões em 2027, mostram as contas, que já consideram as projeções oficiais do **INSS** para o número de beneficiários.

- Mantida a regra atual, tem uma tendência que vai

pressionar todo o Orçamento. À medida que a demografia for piorando, tem trajetória quase explosiva - ressalta Sbardelotto. - Uma regra de indexação só à **inflação** permitiria que o salário mínimo continuasse com a política de valorização real atual.

Medida divide especialistas

Desindexar a aposentadoria dos reajustes do mínimo significa que haveria uma diferença entre o piso desta e o salário nacional. E que os benefícios previdenciários seriam reajustados apenas pela **inflação**. O fim da vinculação dos benefícios da Previdência ao mínimo divide economistas e especialistas, por ser uma questão polêmica e de difícil aprovação no Congresso.

Cerca de 70% dos benefícios previdenciários e assistenciais são atrelados ao reajuste do salário mínimo, que considera crescimento da economia e **inflação**. Essa sistemática vigorou durante as gestões do PT e foi trazida de volta no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo dados oficiais, só no primeiro trimestre deste ano, as despesas previdenciárias subiram 5,3% acima da **inflação**, e a tendência é se manterem em alta. Já os gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e deficientes de baixa renda, subiram 17,2% acima da **inflação** no período.

- A tendência é de incremento da despesa previdenciária em proporção ao **PIB**, que deve crescer muito menos - afirma o especialista Rogério Nagamine.

Alerta demográfico

Mantido esse ritmo, diz, só as despesas do **INSS** atingirão R\$ 1 trilhão em 2025, chegando a R\$ 1,215 trilhão em 2028. A cifra aumenta quando se incluem o BPC e outros regimes, como o dos funcionários públicos federais e o das Forças Armadas. Neste caso, o gasto seria de R\$ 1,5 trilhão já no ano que vem.

Para Leonardo Rolim, ex-secretário da **Previdência Social** e que atuou na reforma da aposentadoria, a mudança nas regras ajudou a reduzir gastos. Ele admite, no entanto, que o problema se manteve no longo prazo. Um dos grandes problemas no caso do Brasil é que, além do rápido processo de envelhecimento da população e aumento da expectativa de vida, houve uma queda brusca na taxa de fecundidade, que caiu de seis filhos, na década de 1970, para 1,6.

- Isso é crucial para o regime de repartição, adotado

no Brasil, em que trabalhadores ativos contribuem para o pagamento dos aposentados - explica Rolim, acrescentando que é preciso discutir alternativas como o sistema de capitalização, no qual o trabalhador contribui para a própria aposentadoria.

O economista Paulo Tafner também vê a mudança na demografia como um grande desafio.

Dados de projeção populacional do IBGE mostram que, em 2010, havia 17 pessoas com 60 anos ou mais para cada grupo de cem pessoas entre 15 e 59 anos. Essa proporção subiu para 19 em 2015 e 22 em 2020. Em 2025, atingirá 26, chegando a 30 em 2030.

- Os dados do Censo de 2022 mostram que o país está envelhecendo mais rápido do que estava previsto. E mais: há menos crianças e jovens do que estava previsto, o que vai degradar a relação entre ativo e inativo. Por essa razão, torna-se necessário fazer uma reforma complementar, se possível o quanto antes, provavelmente no próximo governo - diz Tafner.

Especialistas apontam ainda que a reforma de 2019 deixou vários pontos de fora, como a Previdência rural. Em 2023, esta representou 1,4% da arrecadação, mas respondeu por quase 60% do déficit.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/05/27/de-spesas-da-previdencia-disparam-colocando-o-arcabouco-fiscal-em-xeque-ja-em-2027-dizem-especialistas.ghtml>

Conta explosiva em 2027

GERALDA DOCA E THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA

As despesas da **Previdência Social**, pressionadas pela política de reajuste do salário mínimo do atual governo e pelo envelhecimento cada vez mais acelerado da população brasileira, começam a reduzir os efeitos positivos da reforma de 2019. Projeções recentes do próprio governo apontam uma piora nas contas, mesmo considerando um cenário mais otimista para a economia. Para especialistas, já em 2027 esses gastos tornarão impossível cumprir o arcabouço fiscal.

A análise da evolução das despesas da Previdência pode ser feita por várias métricas. Uma delas revela um aumento de gastos acima da **inflação** e acima do crescimento previsto do arcabouço fiscal, junto com os pisos de Saúde e Educação -o que tira espaço para praticamente toda a despesa discricionária, para investimento e custeio da máquina, a partir de 2027.0 arcabouço prevê que as despesas crescerão no máximo 2,5% acima da **inflação**.

- Ou o próximo governo afrouxa as regras fiscais, ou corta despesas obrigatórias - afirma o economista Fábio Giambiagi.

Outro dado, da despesa como proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**), também mostra uma piora. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, o governo previa, por exemplo, que as despesas do Regime Geral de Previdência (que pagam as aposentadorias do **INSS**) chegariam a 2026 equivalendo a 7,69% do **PIB**. Um ano depois, na proposta da LDO de 2025, a previsão subiu a 7,85% do **PIB**.

Os números ainda podem ser piores. Especialistas como Marcos Mendes e Rogério Nagamine avaliam que as despesas do governo estão subestimadas em R\$ 16 bilhões neste ano e o dobro disso em 2028.

Em 2023, voltou a vigorar a política de reajuste do salário mínimo que prevê ganho real baseado no crescimento do **PIB** de dois anos anteriores ao aumento. Isso é apontado como fator de pressão sobre as contas públicas, porque cada aumento de R\$ 1 no mínimo representa uma alta de quase R\$ 400 milhões em despesas.

DESVINCULAÇÃO AJUDARIA

Na avaliação de especialistas, o desequilíbrio terá de ser enfrentado a partir de 2027 para evitar uma explosão do déficit da Previdência em meados da

próxima década. Atualmente, o resultado anual do **INSS** (diferença entre a arrecadação e a despesa com os benefícios) está negativo em torno de 2,32% do **PIB**.

Esse percentual tende a cair nos próximos anos, devido aos efeitos das regras de transição da reforma. Mas, dentro de oito anos, o desequilíbrio volta a crescer, para retornar ao patamar atual em 2036 e entrar em trajetória ascendente em 2038.

- O ideal seria fazer uma nova reforma já em 2027. O sistema previdenciário de um país representa uma conciliação entre a realidade social e a lógica dos números. Em 2019, a lógica dos números não podia mais ser ignorada, e a sociedade teve que se adaptar a uma mudança inevitável - afirma Giambiagi. -O tema adquire importância maior pela verdadeira contrarreforma representada pela atual política de valorização do salário mínimo.

Na avaliação do economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, a questão fiscal já seria resolvida se fosse adotada a atualização anual dos benefícios do **INSS** apenas pela **inflação**, sem a necessidade de fazer uma nova reforma nos próximos anos. Conforme seus cálculos, os gastos com a aposentadoria ficariam estáveis em relação ao **PIB** nos próximos dez anos, em 8,1%, se fossem reajustados apenas pela **inflação**.

Já se for mantida a vinculação ao salário mínimo, chegaria a 2034 em 9,04% do **PIB** -uma diferença em termos nominais de R\$ 216,7 bilhões em um só ano. Em 2025, o espaço criado com uma possível mudança já seria de R\$ 15,3 bilhões, quase dobrando em 2026 e chegando a R\$ 42,5 bilhões em 2027, mostram as contas, que já consideram as projeções oficiais do **INSS** para o número de beneficiários.

- Mantida a regra atual, tem uma tendência que vai pressionar todo o Orçamento. A medida que a demografia for piorando, tem trajetória quase explosiva -ressalta Sbardelotto. -Uma regra de indexação só à **inflação** permitiria que o salário mínimo continuasse com a política de valorização real atual.

Desindexar a aposentadoria dos reajustes do mínimo significa que haveria uma diferença entre o piso desta e o salário nacional. E que os benefícios previdenciários seriam reajustados apenas pela **inflação**. O fim da vinculação dos benefícios da Previdência ao mínimo divide economistas e

especialistas, por ser uma questão polêmica e de difícil aprovação no Congresso.

Cerca de 70% dos benefícios previdenciários e assistenciais são atrelados ao reajuste do salário mínimo, que considera crescimento da economia e **inflação**. Essa sistemática vigorou durante as gestões do PT e foi trazida de volta no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo dados oficiais, só no primeiro trimestre deste ano, as despesas previdenciárias subiram 5,3% acima da **inflação**, e a tendência é se manterem em alta. Já os gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e deficientes da baixa renda, subiram 17,2% acima da **inflação** no período.

-A tendência é de incremento da despesa previdenciária em proporção ao **PIB**, que deve crescer muito menos -afirma o especialista Rogério Nagamine.

Mantido esse ritmo, diz, só as despesas do **INSS** atingirão R\$ 1 trilhão em 2025, chegando a R\$ 1,215 trilhão em 2028. A cifra aumenta quando se incluem o BPC e outros regimes, como o dos funcionários públicos federais e o das Forças Armadas. Neste caso, o gasto seria de R\$ 1,5 trilhão já no ano que vem.

ALERTA DEMOGRÁFICO

Para Leonardo Rolim, ex-secretário da **Previdência Social** e que atuou na reforma da aposentadoria, a mudança nas regras ajudou a reduzir gastos. Ele admite, no entanto, que o problema se manteve no longo prazo. Uma das grandes questões, no caso do Brasil, é que, além do rápido processo de envelhecimento da população e aumento da expectativa de vida, houve uma queda brusca na taxa de fecundidade, que caiu de seis filhos, na década de 1970, para 1,6.

- Isso é crucial para o regime de repartição, adotado no Brasil, em que trabalhadores ativos contribuem para o pagamento dos aposentados -explica Rolim, acrescentando que é preciso discutir alternativas como o sistema de capitalização, no qual o trabalhador contribui para a própria aposentadoria.

O economista Paulo Tafner também vê a mudança na demografia como um grande desafio.

Dados de projeção populacional do IBGE mostram que, em 2010, havia 17 pessoas com 60 anos ou mais para cada grupo de cem pessoas entre 15 e 59 anos. Essa proporção subiu para 19 em 2015 e 22 em 2020. Em 2025, atingirá 26, chegando a 30 em 2030.

- Os dados do Censo de 2022 mostram que o país está envelhecendo mais rápido do que estava previsto. E mais: há menos crianças e jovens do que estava previsto, o que vai degradar a relação entre ativo e inativo. Por essa razão, torna-se necessário fazer uma reforma complementar, se possível o quanto antes, provavelmente no próximo governo -diz Tafner.

Especialistas apontam ainda que a reforma de 2019 deixou vários pontos de fora, como a Previdência rural. Em 2023, esta representou 1,4% da arrecadação, mas respondeu por quase 60% do déficit.

"O ideal seria fazer uma nova reforma já em 2027. (...) O tema adquire importância maior pela verdadeira contrarreforma representada pela atual política de valorização do salário mínimo" Fabio Giambiagi, economista

"Os dados do Censo de 2022 mostram que o país está envelhecendo mais rápido do que estava previsto" Paulo Tafner, economista

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Cigarro pode ser taxado em 250%

Do Estadão Conteúdo

Ferramenta desenvolvida pelo Banco Mundial traz, pela primeira vez, estimativa das alíquotas do Imposto Seletivo, o chamado "imposto do pecado", que incidirá sobre itens considerados nocivos à saúde e ao ambiente. Trata-se de um dos pontos de maior divergência na regulamentação da **reforma tributária**, que começará a ser analisada por um grupo de trabalho na Câmara dos Deputados.

O organismo internacional, que acompanha de perto a mudança nos **tributos** brasileiros e seus impactos distributivos, considerou uma taxa de 32,9% para os refrigerantes; 46,3% para cerveja e chope; 61,6% para outras bebidas alcoólicas; e 250% no caso dos cigarros.

Esses percentuais foram projetados pelo banco com base em informações repassadas pelo Ministério da Fazenda, mas não refletem as cobranças exatas do Seletivo, que têm particularidades conforme o produto, e só serão definidas futuramente, por meio de lei ordinária.

Em nota, a Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** afirma que repassou aos economistas do banco as alíquotas consideradas pela equipe de quantificação, as quais têm o objetivo de manter a carga tributária desses produtos. Os técnicos da Fazenda frisaram, porém, que se trata de "hipóteses de trabalho".

O objetivo dos economistas do banco foi dar uma dimensão a essas cobranças e, assim, viabilizar simulações no âmbito do novo sistema tributário - que terá uma segunda guerra de lobbies no Congresso.

Tributaristas alertam que essa fase de regulamentação da reforma será ainda mais intrincada e delicada do que o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), promulgado no ano passado.

Cada vírgula, das 360 páginas da lei complementar, poderá ter impacto na alíquota final do Imposto sobre Valor Agregado (o IVA, que unificará cinco **tributos**).

Por isso, a aposta do banco na criação da ferramenta, que foi batizada de Simulador de Imposto sobre Valor Agregado (SimVat, na sigla em inglês). A intenção do organismo é de que pesquisadores, parlamentares e contribuintes testem os efeitos de eventuais alterações na lei.

"Ao lançar o SimVat, o Banco Mundial enfatiza a importância de usar evidências concretas e sugestões baseadas em dados para inspirar o texto final da reforma", diz Shireen Mahdi, economista principal da entidade para o Brasil.

A ferramenta mostra, por exemplo, que, caso não haja incidência de Seletivo sobre bebidas alcoólicas, refrigerantes e cigarros, a alíquota-padrão do novo IVA passaria de 26,5% para 28,1%. A Fazenda tem destacado que o imposto do "pecado" não tem fins arrecadatórios, e sim regulatórios - de combater hábitos de consumo nocivos à saúde e ao ambiente.

No entanto, como uma das premissas da reforma é ser fiscalmente neutra, mantendo a carga tributária vigente, todo o sistema está inevitavelmente interligado.

Logo, se a cobrança é reduzida em uma ponta, ela tem de aumentar em outra para compensar.

No caso da cesta básica, outro tema controverso, o SimVat mostra que novas ampliações da lista, combinadas com a eliminação do cashback (devolução de imposto aos mais pobres), podem ser uma maneira ineficiente de ajudar os mais vulneráveis. Se a isenção fosse estendida a todos os alimentos e não houvesse o cashback, a alíquota do IVA, segundo a plataforma, aumentaria de 26,5% para 28,3%. Os 10% mais ricos teriam um leve aumento de carga tributária, de 8,2% para 8,3%, como proporção da renda. Os 10% mais pobres veriam a sua taxa saltar de 22,1% para 25,3%.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Cigarro pode ser taxado em 250% e cerveja em 46%, diz banco

IMPOSTO DO PECADO Ferramenta desenvolvida pelo Banco Mundial traz, pela primeira vez, estimativa das alíquotas do Imposto Seletivo, o chamado "imposto do pecado", que incidirá sobre itens considerados nocivos à saúde e ao ambiente. Trata-se de um dos pontos de maior divergência na regulamentação da **reforma tributária**, que começará a ser analisada por um grupo de trabalho na Câmara dos Deputados.

O organismo internacional, que acompanha de perto a mudança nos tributos brasileiros e seus impactos distributivos, considerou uma taxa de 32,97% para os refrigerantes; 46,3% para cerveja e chope; 61,6% para outras bebidas alcoólicas; e 250% no caso dos cigarros.

Esses percentuais foram projetados pelo banco com base em informações repassadas pelo Ministério da Fazenda, mas não refletem as cobranças exatas do Seletivo, que têm particularidades conforme o produto, e só serão definidas futuramente, por meio de lei ordinária.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Rumo à renda fixa

Por Roseli Loturco - Para o Valor, de São Paulo

Por Roseli Loturco - Para o Valor, de São Paulo

27/05/2024 05h04 Atualizado há 3 horas

Raras vezes a conjunção de incertezas em relação aos indicadores macroeconômicos no Brasil e no mundo causaram tanta volatilidade no mercado financeiro como nos últimos dois anos. As dúvidas em relação ao corte de juros e ao controle da **inflação** nos Estados Unidos (EUA) e no mercado doméstico, além de alterações regulatórias, mudaram os rumos dos investimentos que, agora, começam a migrar mais fortemente rumo à renda fixa mais conservadora.

Na indústria de fundos, a oscilação foi tanta que o investidor saiu de dois anos de resgates líquidos de R\$ 108 bilhões, em 2023, e R\$ 129,7 bilhões, em 2022, para saldo positivo de R\$ 150 bilhões de janeiro a abril deste ano, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

O cenário foi afetado por diferentes motivos. No início de 2023, com a taxa de juros no Brasil na faixa de 13,75%, os investidores, que estavam estacionados na renda fixa, que os remunerava em dois dígitos, correram do crédito privado devido à lista de empresas que entraram em recuperação judicial, puxadas pelo emblemático caso da Americanas e, na sequência, Light e outras. Mas, no segundo semestre, com a retomada da confiança, com o início da queda da taxa de juros no Brasil e com a **reforma tributária** aprovada, os fundos de crédito privado deixaram a crise para trás e totalizam R\$ 21,8 bilhões de aportes nos 12 meses até fevereiro de 2024.

Para os especialistas, o cenário macroeconômico e as mudanças de regras pesaram nessa volatilidade. "É importante dizer que os EUA não mexiam na taxa de juros há décadas e que no Brasil só iniciamos corte de juros no segundo semestre de 2023. E tiveram ainda as mudanças tributárias dos fundos exclusivos e de tributação dos off shore, além das novas regras de ativos isentos de recolhimento de imposto como LCA e LCI", observa Carlos André, presidente da Anbima.

As mudanças de regras dizem respeito às restrições impostas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em março deste ano, que determinam que só poderão emitir os certificados e letras do agronegócio e do ramo imobiliários, CRI e CRA, LCI e LCA, as

empresas que atuam nesses setores. Nos últimos anos, companhias de outras áreas - como bancos, varejistas de alimentos, redes de lanchonetes e grupos hospitalares - impulsionaram a oferta desses papéis.

"O conjunto desses fatores trouxe fluxo de retorno para renda fixa, especialmente para o crédito privado e para as debêntures incentivadas", conta André.

Tanto para as grandes gestoras de recursos do país, como Itaú e Bradesco, quanto para plataforma de investimos como a XP, e casas especializadas como SulAmérica, o cenário de juro até o fim do ano no Brasil está dado, o que leva o investidor a colocar seu dinheiro em ativos de menor risco.

O mundo depende do Fed. Quando o juro é alto lá, dificulta a atração em outros países"

- Bruno Funchal

No campo externo, os EUA ditam as regras. "O excepcionalismo americano está influenciando todo o resto. Por conta da inovação e da tecnologia, os EUA estão crescendo mais, por mais tempo e com emprego bombando, **inflação** e juro alto. Mas a gente sabe que em algum momento isso vai se reverter", afirma Carlos Augusto Salamonde, que lidera a diretoria de gestão de investimentos globais do Itaú Unibanco, que abrange a Itaú Asset.

Para ele, existem duas forças antagônicas e ambíguas no momento. O juro alto faz com as pessoas poupem mais, o que justifica o fluxo mais fortes em fundos de investimentos, e por outro lado, o cenário de incertezas pela volatilidade de mercado, faz com que elas se afastem do risco. Mas o executivo lembra que mesmo dentro da renda fixa, o investidor tem leque de opções.

"Para quem quer se proteger da **inflação** e aguenta volatilidade para ganhar mais, tem as NTN-Bs do governo. Tem alternativas conservadoras, para quem quer só rodar perto de CDI. Criamos produtos de risco de crédito baixo, que coloca um seguro para o cliente via estrutura de FIDC", diz Salamonde.

Mesmo para os fundos de previdência, foram criadas alternativas de fundos de crédito mais sofisticados, que fez o saldo desses recursos saltarem de R\$ 3 bilhões no Itaú, em janeiro de 2021, para R\$ 85 bilhões em abril deste ano.

Em média, as casas de investimentos estão precificando dois cortes de 0,25% nos juros americanos até o fim do ano. Mas, para o Bradesco, deve ocorrer só um corte de 0,25% em novembro. "O mundo está entrando em período de queda de juros. É inequívoco. Brasil, Chile, Polônia e México começaram e têm expectativas do ciclo se iniciar também nas maiores economias. A Europa está com sinalização mais forte para o meio do ano", observa Bruno Funchal, CEO da Bradesco Asset.

Ele explica que por isso os investimentos estão em ciclos diferentes neste momento. "Mas o mundo depende do Fed [Federal Reserve]. Quando o juro é alto lá, dificulta a atração [de investimentos] em outros países", diz Funchal.

Fundos de debêntures incentivadas e de crédito high grade têm atraído o investidor"

- Leon Goldberg

Em estudo que fizeram dos últimos seis ciclos de queda de juros no Brasil, o executivo conta que títulos prefixados, como o IRFM, e pós-fixados, como o IMA-B (índice de **inflação**), entregaram rendimento elevado ao investidor nos anos de 2005 e 2006, em 2009, em 2011 e 2012 e em 2014.

"No pior momento desses ciclos, esses títulos performaram 115% do CDI e no melhor 218% do CDI. Qual é a mensagem? A gente está entrando em novo ciclo de queda de juros e no passado os investimentos em renda fixa performaram melhor que o CDI", observa Funchal. Para ele, neste momento o melhor é fazer migração de investimentos dentro da renda fixa. "É sair do pós-fixado para algo mais ativo que são combinações de prefixado em títulos do governo".

A SulAmérica Investimentos, que projeta a taxa Selic entre 9,75% e 10% até o fim do ano, concorda que a renda fixa vai capturar o maior volume de investimentos em 2024. "De janeiro a março, teve captura nos fundos de renda fixa de R\$ 74 bilhões em papéis do governo pré e pós-fixados", afirma Marcelo Mello, CEO da SulAmérica Investimentos. Enquanto isso, as outras categorias de fundos, como multimercados e ações ficaram negativas em R\$ 28 bilhões e R\$ 2 bilhões, respectivamente.

Ele destaca que a última reunião do Banco Central (BC), que cortou em 0,25% a Selic, também mexeu com as taxas futuras de prêmios pagas pelos títulos públicos. "Teve recomposição de prêmios e alguns subiram 20 bases points no dia. Os prefixado de 2031, que estavam pagando em CDI 11,30% subiram para 11,77%. Já a NTN-B, pós-fixada, que estava em IPCA + 5,90%, foi para IPCA + 6,10%, com duration de

2025", conta Mello.

Já para uma das maiores plataformas de investimentos do país, a XP, o cenário de juro elevado traz um custo de oportunidade muito alto no Brasil. Daí a predominância na renda fixa. "Para tomar risco tem que remunerar bem acima do que o governo está pagando", diz Leon Goldberg, sócio responsável por fundos de investimento na XP.

Ele vê ainda duas frentes importantes de investimentos na renda fixa daqui para frente. "Os fundos de debêntures incentivadas e de crédito high grade, que têm atraído o investidor mais conservador. As debêntures incentivadas atraem pela isenção de imposto. Algumas famílias que estavam nos fundos exclusivos estão desconstruindo suas carteiras e construindo outras com fundos de debêntures incentivadas e fundos imobiliários", afirma Goldberg.

Site: <https://valor.globo.com/guia-de-fundos/fundos-de-investimento/noticia/2024/05/27/rumo-a-renda-fixa.ghtml>

O peso das vinculações de despesas no problema fiscal do país - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Sérgio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Com menos de um ano de vigência, o novo arcabouço fiscal já tem a credibilidade arranhada. O governo afrouxou em abril a meta de resultado primário (exclui gastos com juros) de 2025 e dos anos seguintes, e o ajuste das contas públicas depende muito de um aumento forte e incerto de receitas, visto com ceticismo por muitos analistas. O grande desequilíbrio fiscal do país está no lado do gasto, mas enfrentar o problema com determinação não está na agenda do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda que a ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenham falado nas últimas semanas sobre a necessidade de se discutira vinculação de despesas.

A maior parte dos gastos obrigatórios cresce a um ritmo insustentável, por estarem vinculados ao aumento da receita ou ao reajuste do salário mínimo. Nesse cenário, essas despesas tomam espaço cada vez maior do orçamento, comprimindo os já esqualidos gastos discricionários (aqueles que o governo controla), como o investimento.

A vinculação de despesas é o principal motivo para o desequilíbrio crônico das contas públicas, diz o economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper. É o caso dos gastos com saúde e educação, atrelados à variação da receita, ou o piso previdenciário e de benefícios assistenciais, reajustados pelo salário mínimo, que voltou a ser corrigido no atual governo pela **inflação** do ano anterior mais o crescimento do **PIB** de dois anos antes.

"Quando você vincula uma despesa a uma receita, essa despesa tende a crescer acima da **inflação**, pois a tendência de médio prazo da receita é crescer no mesmo ritmo da atividade econômica. Logo, essa despesa vinculada vai crescer em termos reais [descontada a **inflação**] ao longo do tempo", afirma

Mendes, chefe da assessoria especial do ministro da Fazenda de 2016 a 2018. "O mesmo ocorre quando você indexa uma despesa a uma variável que tem crescimento real, como o salário mínimo."

Em maio de 2023, o mínimo já foi corrigido acima da **inflação**. Isso tem um efeito imediato sobre os gastos com aposentadorias e pensões e o Benefício de Prestação Continuada (BPC, voltados para idosos de baixa renda e pessoas com deficiência). Nas contas de Mendes, a vinculação ao mínimo, em vigor há pouco mais de 18 meses, fará os gastos com a Previdência ficarem R\$ 16 bilhões mais elevados neste ano do que se fossem reajustados pela **inflação**, enquanto as despesas com o BPC ficam R\$ 5 bilhões maiores.

Em texto recomendado por Haddad, o economista Bráulio Borges, da LCA Consultores e pesquisador do FGV Ibre, diz que "o salário mínimo é uma variável que deve sim ser reajustada ao longo do tempo em termos reais, refletindo ganhos de produtividade da mão de obra, mas é uma variável que deve regular o mercado de trabalho, ou seja, a vida de quem está participando ativamente da produção econômica". Já as aposentadorias e pensões deveriam ser reajustadas apenas pela **inflação**, mantendo o poder de compra ao longo do tempo, escreve Borges.

Com o novo arcabouço fiscal, voltaram a valer as vinculações à receita dos pisos de gastos da União com saúde e educação. No período de vigência do teto de gastos, eles eram corrigidos pela **inflação** passada. No caso da saúde, as despesas mínimas devem equivaler a pelo menos 15% da receita comente líquida (RCL). Nos cálculos de Mendes, os gastos com a área neste ano serão quase R\$ 60 bilhões maiores do que se houvesse a correção da despesa mínima de 2022 (o último ano antes da alteração da regra) pela **inflação**.

Já o gasto com educação precisa corresponder a pelo menos 18% da receita líquida de **impostos**. No entanto, as despesas para essa área já superam o mínimo legal. Com isso, Mendes considera não ser possível dizer que haja um efeito direto da alta do dispêndio mínimo com educação no gasto total.

Reportagem de Jéssica Sant"Ana, Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta publicada pelo Valor na semana passada mostra que os gastos mínimos em educação e saúde até 2028 deverá crescer 106% e 56% em relação ao valor do ano passado, segundo o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025. Pelas projeções do Ministério do Planejamento, vão sobrar R\$11,753 bilhões em 2028 para as despesas discricionárias do Executivo, após a dedução dos dispêndios mínimos com educação e saúde. Mudar o critério de variação desses gastos é algo que a equipe econômica cogita, mas a apresentação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) com a alteração não deve ocorrer neste ano. A mudança não seria aprovada com tranquilidade, mas é menos difícil do que desvincular o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais do salário mínimo.

Mendes afirma que "acabar com as vinculações não significa autorização par a corte imediato de gastos nas áreas protegidas". Segundo ele, isso não ocorreria porque a maioria dos gastos é obrigatória, como o pagamento de aposentadorias, benefícios sociais e salários. "O fim das vinculações ajudaria a fazer com que o ritmo de crescimento da despesa diminuísse ao longo tempo. Com ela crescendo em ritmo menor que o **PIB** e a receita, fica mais fácil equilibrar as contas no médio prazo."

As vinculações protegem basicamente gastos correntes, nota Mendes. "Nas despesas protegidas, até há algum investimento dentro de saúde e educação (construção de escolas e hospitais), mas a maior par te é gasto corrente, fortemente concentrada em benefícios previdenciários e assistenciais e gasto com pessoal da saúde e educação." Além disso, há outras não vinculadas, mas também rígidas, como os dispêndios com pessoal fora das áreas de saúde e educação e os precatórios. "A única despesa com flexibilidade para ser cortada acaba sendo o investimento."

Alguém poderá dizer que os gastos com juros são muito altos. Sem dúvida-as despesas financeiras do setor público consolidado totalizaram R\$ 745,7 bilhões nos 12 meses até março, ou 6,76% do **PIB**. Mas, para reduzi-las sem voluntarismo, é fundamental reforçar a percepção de que as contas públicas são sustentáveis, o que passa pelo combate ao crescimento dos gastos. Um passo importante seria enfrentar as vinculações de despesas. Isso abriria espaço para o recuo mais forte da Selic e aqueda dos juros de longo prazo, hoje acima de 6%, descontada a **inflação**, como indicamos títulos do Tesouro corrigidos pelo IPCA que vencem em 2045 e 2050. Com juros estruturalmente mais baixos, a dinâmica da dívida seria mais favorável, exigindo um esforço fiscal menor

para estabilizar o nível de endividamento em relação ao **PIB**.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187884?page=1§ion=1>

Deterioração fiscal global é mais um desafio para o Brasil (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez, Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Em 2013, o ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos e reputado economista Lawrence Summers resgatou a expressão "estagnação secular", criada em 1938, por Alvin Hansen, para explicar os desafios para o crescimento econômico decorrentes da queda da taxa de investimento, como proporção do **PIB**.

Para simplificar, mas com algum prejuízo do rigor técnico, destaco aqui apenas a previsão de Summers de que o envelhecimento da população e a concentração da riqueza elevariam a taxa de poupança, enquanto a demanda por investimento tenderia a cair, sobretudo pelas inovações da economia digital, pois investimentos intangíveis demandam menos recursos para serem financiados. Esse excesso de poupança reduziria a taxa real de juros neutra (aquela que iguala o **PIB** efetivo ao potencial), que tenderia até mesmo a ficar negativa. O fraco crescimento médio dos Estados Unidos no período 2008/2016, com juros nominais quase nulos e **inflação** geralmente abaixo da meta de 2% ao ano, pareciam confirmar as ideias de Summers.

Mas essa tendência começou a se inverter a partir de eventos como a pandemia de covid-19, o crescimento do risco geopolítico, a guerra comercial sino-americana e os grandes dispêndios necessários para substituição energética a favor de fontes com menor emissão de carbono.

A globalização e as cadeias internacionais de suprimentos começaram a ceder lugar para políticas industriais protecionistas.

A taxa de investimento, como proporção do **PIB**, ao contrário do que previa Summers, cresceu continuamente desde o mínimo de 18% em 2010, até 22% em 2022. E tudo indica que as políticas industriais e a substituição energética elevarão ainda mais a demanda por bens de capital.

Além disso, a situação fiscal de várias economias vem se deteriorando significativamente.

Segundo dados do Monitor Fiscal do FMI, de abril de

2024, o déficit nominal global que foi de 5,5% do **PIB** em 2023 não voltará, pelo menos até 2029, ao patamar pré-covid, 3,6%, registrado em 2019. Ainda, segundo esse relatório, a dívida pública global, como proporção do **PIB**, crescerá de forma impressionante, com destaque para Estados Unidos, de 108% em 2019, para 134% em 2029 e China, de 60% para 110% no mesmo período.

Os financiamentos desses déficits e dos projetos de investimentos na substituição energética e nas políticas industriais tenderão a continuar pressionando a taxa real de juros de equilíbrio, principalmente nos Estados Unidos.

Até há pouco tempo, o Fed, banco central norte-americano, estimava a taxa real de juros neutra no intervalo 0,5% a 0,6% ao ano. No entanto, é mais provável que ela tenderá a ficar próxima ao patamar atual de 2% ao ano.

Se esse quadro se concretizar, os efeitos para economias emergentes serão desafiantes.

No Brasil, sem a ajuda da política fiscal, ficará bem mais difícil reduzir a taxa real de juro.

Claudio Adilson Gonzalez, Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Há incertezas e estamos cautelosos com a Bolsa"

VINICIUS PEREIRA ESPECIAL PARA O E-INVESTIDOR

ENTREVISTA: Ricardo Sommer, No cargo desde 2016, analista tem mais de 20 anos de trajetória profissional; gestora já está entre as 15 maiores do Brasil

Em meio ao fechamento dos pontos dos bancos tradicionais e da disrupção das fintechs, agência física parecia coisa do passado no Brasil. Até que o Sicredi apostou em um movimento contrário.

Só no ano passado, a instituição de cooperativas financeiras aumentou em quase 20% os pontos físicos. Agora, são 2,7 mil agências espalhadas em 2 mil cidades brasileiras. Quem surfa nesse crescimento é a asset da instituição. Com a capilaridade nacional das agências recém- inauguradas por todo o País, a gestora do Sicredi vem se tornando uma das maiores do Brasil, segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Com R\$ 103 bilhões sob gestão, ela já está entre as 15 maiores.

"O Sicredi valoriza muito o relacionamento com o cliente, então acreditamos que ter essa presença física faz a diferença para o nosso associado", conta Ricardo Sommer, diretor da Sicredi Asset Management. O gestor se declara cauteloso com o desempenho da Bolsa brasileira, graças à permanência dos juros americanos em um patamar elevado por mais tempo, mas não pessimista.

A asset chegou a R\$ 103 bilhões sob gestão. Como a expansão das agências da Sicredi ajuda nesse crescimento?

O Sicredi valoriza muito o relacionamento, essa proximidade, então acreditamos que ter essa presença física faz a diferença para o nosso associado.

Isso não significa que não temos o canal digital desenvolvido.

O investidor, especialmente agora focando na asset, é muito de contato físico. Mesmo que a aplicação ocorra pelo canal digital, o investidor gosta de saber quem é a pessoa que está do outro lado, então é um conjunto que entendemos que beneficia, sim, o crescimento e os investidores. Em fundos, em torno de 80% das

transações são feitas por canal digital, mas temos a percepção do quanto o investidor, que busca produtos mais complexos, procura o outro lado.

O Rio Grande do Sul é a região com mais agências do Sicredi no País. A tragédia no Estado pode afetar esse crescimento?

É uma tragédia na qual não dá para ter a dimensão do sofrimento das pessoas, então estamos atuando muito com a comunidade.

O Sicredi nasceu no Rio Grande do Sul, mas não está só no Estado, então, mesmo quando olhamos agências e cooperativas por aqui, não vemos maiores impactos. Obviamente, tende a ter um crescimento menor no Estado, mas nada que afete o Sicredi de maneira significativa. Em Porto Alegre, a região mais atingida, há uma camada da população com renda mais baixa, que não é o investidor de fundos.

Em maio, por exemplo, tivemos uma das maiores captações do ano no País como um todo, com crescimento de 3%. Para o Sicredi termos algum impacto, mas para a asset será ainda menor.

Quais são os principais fundos da casa?

Como uma gestora de instituição financeira, temos um volume muito grande de renda fixa. É normal e tem muito a ver com o perfil do investidor da instituição, um pouco mais conservador do que o mercado. Em paralelo, apostamos no nosso fundo de ações ESG pensando em uma visão de longo prazo.

Desde 2021, abrimos um núcleo de ações para olhar para essa agenda e fazer um fundo com gestão ativa que tenha esse viés. No momento que o mercado de ações ficar mais favorável, essa será uma grande aposta, dado que ele é alinhado com o que a gente pensa: que o futuro será mais verde.

Como estão as estratégias para o ano de 2024, que se mostra complicado para o Ibovespa?

Em nível mundial, tem sido um ano de bastante incerteza.

A própria taxa de juros americana foi de 8 a 80, afetando países emergentes, como o Brasil. Sabemos

que ainda vamos conviver com taxas de juros mais altas, com juro real mais restritivo, que vai acabar incentivando bastante a renda fixa. Entendemos também que aquele investidor com perfil para Bolsa sempre deve ter um montante nesse produto, mesmo em momentos mais restritivos.

Acreditamos que uma boa seleção de ações faz a diferença e isso tem se mostrado até mesmo nos resultados dos fundos de gestão ativa.

A B3 registrou saída de recursos estrangeiros em todos os meses de 2024. Quais as razões, na sua opinião, para isso?

A nossa projeção era dos juros americanos caindo em março, mas agora vemos essa queda só em dezembro.

Os números da **inflação** americana ainda não são confortáveis e isso afeta a entrada de investidores estrangeiros por aqui. Estamos do lado cauteloso em relação à Bolsa, mas não pessimistas. É uma saída que tem sido constante e um dos motivos que entendemos, pelo qual a Bolsa não tem andado. Os maiores efeitos podem ocorrer por conta da redução de juros americanos no ano que vem, que pode chegar a 3,5% no final de 2025.

"Em nível mundial, tem sido um ano de bastante incerteza.

Estamos do lado cauteloso em relação à Bolsa, mas não pessimistas"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Alívio da "inflação do PIB" na dívida está perto do fim

Marta Watanabe

Diferentemente do que se esperava em 2019, antes da pandemia de covid-19, a dívida bruta do Brasil não ultrapassou os 100% como proporção do **PIB**, e o indicador deve chegar ao fim do ano com uma queda de 9,3 pontos percentuais em relação a 2020. Um dos fatores-chave para isso foi o deflator do **PIB**, que nos últimos anos ultrapassou a **inflação** em magnitude muito maior que a esperada. O menor nível de endividamento permitiu redução da percepção de risco fiscal no Brasil. Ao mesmo tempo, houve deterioração fiscal em vários países.

O quadro permitiu ao Brasil experimentar, desde a pandemia, uma melhora na classificação entre os países emergentes mais endividados. O Brasil, que ficou entre as três primeiras posições dos emergentes mais endividados de 2017 a 2019, caiu para a 11-posição em 2021. Embora tenha voltado a subir no ranking em 2022 e 2023, o país deve ficar em sétimo lugar em 2024.

As observações estão em relatório especial do banco Santander sobre a dívida pública. Elaborado pelos economistas Ítalo Franca e Ana Júlia Carvalho, o estudo baseia-se em parâmetros e projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) e destaca que a "ajuda" do deflator do **PIB** não deve perdurar. O quadro, apontam, mostra que um ajuste com cumprimento da atual regra fiscal e medidas de contenção de gastos obrigatórios será componente central para permitir perspectiva de redução do endividamento do país e recuperação do grau de investimento.

O deflator do **PIB** mede o nível de preços de bens e serviços integrantes do **PIB**, algo como uma "**inflação do PIB**". Há cinco anos o Panorama da Economia Mundial do FMI - World Economic Outlook cita Carvalho, projetou que de 2019 a 2024 o deflator do **PIB** ultrapassaria a **inflação** ao consumidor em 3 pontos percentuais (p.p.) e que a relação dívida bruta/**PIB** subiria 3 p.p. também.

Considerando o que já foi observado até 2023, a estimativa atual do FMI, divulgada este ano para igual período, é que o deflator do **PIB** fique 11,5 p. p. acima da **inflação** ao consumidor. Para a dívida, a previsão é de redução em 0,4 p.p. No grupo dos emergentes, diz

Carvalho, o Brasil foi o país com o maior crescimento de deflator do **PIB** em relação à **inflação**.

Um deflator de **PIB** rodando acima da **inflação** ao consumidor, porém, não garante necessariamente redução do endividamento. O histórico mostra que no Brasil, de forma peculiar, esse deflator costuma variar acima da **inflação**, diz Carvalho. Ela destaca que apenas em três dos últimos 24 anos o Brasil teve deflator do **PIB** inferior à **inflação**. Nos 21 anos em que o deflator superou a **inflação**, em 11 houve redução do endividamento, em 2,98%, em média. Nos demais dez anos houve crescimento da dívida, em 3,61% em média.

Segundo Carvalho, a maior variação do deflator do **PIB** se explica em grande parte pelo índice CRB [Commodity Reserch Bureau], que reflete o ciclo de commodities. Esse item, diz Franca, têm participação importante na atividade econômica do país e também impulsionam a arrecadação. "Esse efeito é mais acentuado no Brasil do que em outros países, e os dados mostram que quanto maior a surpresa nesse fenômeno, maior o efeito no indicador de endividamento."

O estudo destaca que em 2003, quando a diferença entre deflator do **PIB** e a **inflação** atingiu o pico histórico, de 4,8 p.p. a relação dívida bruta/**PIB** do país caiu 4,6 p.p. No período mais recente, em 2021, o deflator ficou 3 pontos percentuais acima da **inflação** e o endividamento caiu 7,1% p.p. Em 2022 o deflator superou a **inflação** em 3 p.p. e o endividamento caiu 5%.

"Tivemos muita surpresa inflacionária que tende a diminuir à frente. Houve fatores positivos, como redução do nível de dívida, com distância menor com os pares dada por classificação melhor no ranking de endividamento, ajustes na tentativa de consolidação fiscal e **PIB** maior", cita Franca. Ele lembra, porém, que esse momento de menor nível de endividamento passou. O estudo destaca que para 2024 o FMI espera que o deflator exceda a **inflação**, mas em nível menor, de 1,2 p.p. e estima alta da dívida brasileira em 2 p.p..

"Estamos em processo de tendência de alta do endividamento e a evolução do **PIB** será determinante para ganhar tempo na consolidação fiscal", diz Franca.

Embora ainda sejam incertos os efeitos da tragédia no Rio Grande do Sul no **PIB** e as medidas da União em socorro ao Estado estejam caminhando com cautela, há, diz, de qualquer forma, trajetória altista de dívida e o equilíbrio sustentável das contas demanda cumprimento da regra fiscal. É preciso, diz, enfrentar o debate sobre o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias e o efeito disso nos gastos discricionários, num ambiente em que se busca maior nível de investimento público e ter crescimento.

Para ele, entre as agendas mais importantes nesse sentido está o debate sobre o piso de saúde e educação. "Há espaço para atender à demanda sem vincular gastos às receitas, debatendo a alocação de recursos e contendo também pressões de aumento em outra rubricas, na busca por maior eficiência."

A agência de rating Moody"s alterou neste mês a perspectiva para a nota de crédito soberano do Brasil de estável para positiva, refletindo mais robusto do **PIB** do que nos anos pré-pandemia, como consequência de reformas estruturais, aponta Carvalho. Mas comparando o Brasil com mercados emergentes e os da América Latina, observa, os pares têm melhor desempenho na atividade econômica (1 nível acima do Brasil) e na política fiscal (2 níveis acima). Para Franca, as agências reconhecem a situação favorável das contas externas do Brasil, o **PIB** que surpreendeu positivamente, a redução do endividamento e o encaminhamento de reformas, como a tributária. "A história é "vamos dar o benefício da dúvida, mas há riscos porque o processo não foi completado e há riscos de não se completar adiante."

"Há processo que não foi completado e riscos de não se completará frente" Ítalo Franca

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187884?page=1§ion=1>

Sinal de piora nas expectativas de inflação eleva pressão sobre BC

Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo

O processo de desancoragem das expectativas de **inflação** de médio prazo no Boletim Focus, que ganhou corpo após a divisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), tem dado sinais de que deve se intensificar e pode levar o mercado a reduzir ainda mais as expectativas para novos cortes na Selic. Os preços dos ativos têm migrado, cada vez mais, para um cenário de juro básico parado em 10,5% em junho e a dinâmica do Focus tem sido essencial para conter a probabilidade de reduções adicionais na taxa, em um ambiente que abarca, ainda, discursos bastante duros de diretores do BC nos últimos dias.

Não foi por acaso que, na sexta-feira, os juros futuros voltaram a subir. Ao mostrar preocupação com a alta das expectativas de **inflação** no Focus, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, ampliou a cautela entre os agentes do mercado, que passaram a discutir a possibilidade de uma nova deterioração das projeções. "Mais recentemente, nós vimos essa expectativa de **inflação** subindo bastante. A de 2025, aparentemente, vai impactar as mais longas também", apontou o dirigente na sexta-feira.

A declaração de Campos Neto encontrou um mercado já bastante sensível ao tema, diante do recente movimento de piora nas projeções de **inflação** e de consequente redução no espaço percebido para os cortes na Selic. Na curva de juros, a taxa do DI para janeiro de 2026 subiu de 10,755% para 10,845%.

"Parece provável que, no próximo Focus, haverá uma alta adicional da expectativa [de **inflação**] convencional, de 30 dias, porque esses movimentos de consolidação de uma nova visão acabam sendo ajustados lentamente no Focus, ao longo do tempo, mas há o momento da data crítica, que deve impulsionar isso", diz o ex-secretário do Tesouro Nacional e diretor da Oriz Partners, Carlos Kawall, em podcast semanal.

Na última sexta-feira, é provável que muitos economistas de mercado tenham atualizado suas projeções de **inflação**, já que era uma "data crítica" no Focus, ou seja, um dia importante para a formação dos rankings de "Top 5" do relatório elaborado pelo BC. "E todo mundo quer estar bonito na foto e por isso

as pessoas melhoram [a projeção] para ter a possibilidade de se aproximar do número verdadeiro", diz. Nesse sentido, Kawall observa, ainda, que as expectativas de **inflação** não têm se movido favoravelmente e esse é um ponto chave destacado pelo BC recentemente.

No mercado de opções digitais, no fechamento de sexta-feira, a probabilidade de um novo corte de 0,25 ponto percentual na Selic em junho estava em 20%, contra 79% de chance de manutenção da taxa em 10,5%.

"Embora eu não tenha uma abordagem radical às expectativas de **inflação** em si penso que deveríamos combiná-las com outros indicadores -, a situação agora não é nada confortável, especialmente porque o nível de **inflação** "implícita" nos títulos públicos (NTN-Bs) tem tido uma deterioração enorme", observa o responsável pela área de mercados da tesouraria do Santander Brasil, Sandro Mazerino Sobral. Ele nota, especificamente, que, em prazos mais longos, a **inflação** medida pelas NTN-Bs está acima de 5% e caminha rumo aos 6%.

"E isso, para mim, é mais importante do que as próprias expectativas de **inflação**. Quando os investidores preferem ter NTN-Bs em vez de títulos nominais (papéis prefixados, como LTNs ou NTN-Fs), temos um problema. E, normalmente, esse é um indicador importante de deterioração adicional das expectativas de **inflação**", avalia Sobral em comentário que circulou entre participantes do mercado na sexta-feira.

Para ele, a política monetária deverá ser a responsável por contrabalançar a estratégia fiscal do governo. "Mas isso resultará em taxas de juros reais mais altas e níveis mais baixos de investimentos, juntamente com uma **inflação** "basal" mais elevada", diz o profissional. Além disso, ele nota que a divisão do Copom foi "bastante ruim" em termos de expectativas, o que tem gerado um equilíbrio deficiente.

E foi a piora na percepção de risco que levou a equipe de economistas do UBS BB, liderada por Alexandre de Ázara, a projetar uma pausa no ciclo de cortes de juros. O banco, agora, espera que o BC mantenha a Selic inalterada em 10,5% nas próximas duas reuniões

do Copom, mas vê possibilidade de uma retomada do ciclo de flexibilização monetária em setembro.

"Acreditamos que os cortes nas taxas poderão retornar na reunião de setembro, dependendo de três fatores: se a **inflação** cair cerca de 0,4 ponto percentual abaixo do esperado para os próximos meses (até a leitura de agosto); se o Fed começar a cortar os juros em setembro; se as expectativas de **inflação** estabilizarem ou caírem", dizem profissionais do UBS BB.

Em relação à reunião de junho do Copom, o banco acredita que uma decisão unânime em torno da manutenção da Selic em 10,5% seria preferível a uma decisão "ótima" para a reunião. "Acreditamos que isso ajudaria a restaurar parte da perda de credibilidade do BC. Essa poderia ser a melhor e mais barata forma de recuperar credibilidade", afirmam os economistas.

O UBS BB, porém, vê chance de uma nova divisão do colegiado em 5 votos a 4, o que seria o pior dos cenários desenhados pelo banco. "Esse resultado validaria a narrativa de um BC mais "dovish" [favorável a juros mais baixos] e poderia custar mais no futuro, uma vez que esperaríamos que as expectativas de **inflação** aumentassem ainda mais nesse cenário."

DBS BB projeta pausa nos cortes na Selic, com taxa parada em 10,5% por duas reuniões

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187884>

PIB e estímulos na China podem ajudar bolsa

Matheus Prado e Augusto Decker De São Paulo

Ainda que as incertezas em relação ao início do ciclo de corte de juros nos Estados Unidos e a deterioração do cenário local resultem em um prêmio de risco maior e uma performance mais fraca do Ibovespa nos primeiros meses do ano, analistas ainda veem chance de alguns catalisadores positivos para a bolsa à frente.

Do exterior, algum impulso pode vir da China, aponta Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos. "A última rodada de estímulos foi a mais forte até então e tem feito a diferença, principalmente por conta do foco no setor de construção civil. Outro ponto de atenção é o aumento de exportação por parte dos frigoríficos brasileiros para lá. Já o nível ainda elevado de exportação de aço pelo país é negativo para as siderúrgicas", diz.

Jennie Li, estrategista de ações da XP, acrescenta que o mercado de capitais chinês voltou a per-formar bem, o que beneficia os países emergentes como um todo. "Não acho que o governo vai colocar muito estímulo, mas ainda tem espaço. Eles não têm problemas de **inflação** como Brasil e EUA, mas têm estimulado a economia de forma mais pontual, em setores que demonstram mais fraqueza, como o imobiliário. Vemos recuperação em grande parte baseada nas expectativas de mais estímulos." Já o grande destaque positivo do ano em termos locais é a atividade resiliente, avalia Aline Cardoso, chefe de estratégia de renda variável do Santander. "Está provocando revisões para cima do **PIB** e os balanços corporativos do primeiro trimestre mostram que as empresas estão capturando isso", diz, notando que o banco projeta que a economia local irá crescer 2% em 2024 e em 2025. As expectativas do boletim Focus para o crescimento do **PIB** neste ano, por sua vez, passaram de 1,52% para 2,05%.

Assim, Cardoso tem viés mais otimista em relação ao crescimento nos lucros das empresas à frente. Ela nota que, para além do impacto de despesa financeira, muitas empresas domésticas sofreram com questões tributárias, mas parece ter havido um ponto de inflexão recentemente. Afirma ainda que as projeções de alguns setores, como os de agro e de papel e celulose, estão sendo revisadas para cima.

"As empresas continuam melhorando, mas o ciclo de

afrouxamento que viria este ano foi empurrado para o ano que vem. E, como o Brasil não tem um grande tema secular agora, como "nearshoring" ou inteligência artificial, ficamos reféns do Federal Reserve [o banco central dos EUA]", diz a executiva, que revisou sua projeção para o Ibovespa ao fim do ano de 160 mil pontos para 145 mil pontos.

"Mas a posição técnica mais leve ajuda. Estrangeiros saíram, locais estão com posição de caixa maior. Como a correlação da bolsa com os juros americanos está alta, podemos reagir como no fim do ano passado se houver uma sequência de dados positivos e o cenário ficar mais claro. O mercado não vai esperar os cortes de juros começarem de fato", afirma Cardoso.

Daniel Barros, chefe de mercados globais na América Latina do UBS BB, concorda que o mercado está "leve". "Muita gente diz que ainda tem mais saída de recursos para ocorrer da indústria de equities, tem resgate... Mas diminuiu bem. Os investidores ainda não olham para a renda variável como um bom veículo para alocar risco no curto prazo. Mas isso muda rapidamente com uma ou duas notícias positivas."

"Vemos recuperação baseada nas expectativas de mais estímulos na China" Jennie Li

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187884>

Em fase de juros altos, poucos fundos ultrapassaram o CDI

Marcelo d'Agosto De São Paulo

No período entre abril de 2021 e março de 2024 os investidores e gestores de fundos de investimento tiveram que enfrentar o maior ciclo de alta das taxas de juros no Brasil dos últimos 20 anos. O Banco Central elevou a taxa básica de 2% ao ano em março de 2021 para 13,75% ao ano em junho de 2022. No total, o aperto monetário foi de 11,75 pontos percentuais. A Selic só começou a ser reduzida a partir de agosto de 2023.

Nesse cenário adverso, poucas carteiras conseguiram superar a rentabilidade do Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI), principal indicador de referência para aplicações financeiras no Brasil. A variação do CDI no período foi de 10,64% ao ano. A mediana da rentabilidade dos 1.849 fundos analisados nesta edição do "Guia Valor de Fundos de Investimento" foi de 8,36%. Apenas 25% dos fundos superaram o indicador.

O ambiente de juros altos teve impacto negativo para as ações negociadas em bolsa e o Ibovespa rendeu apenas 3,18% ao ano.

A **inflação** média no período, medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IP-CA) ficou em 6,57% ao ano e o dólar teve variação negativa, de 4,28% ao ano. O mercado internacional manteve o desempenho positivo e o S P 500, importante indicador para a variação das ações nos Estados Unidos, subiu 11,49% ao ano.

O cenário foi particularmente ruim para os gestores de fundos multimercado, conforme demonstra o desempenho do índice de Hedge Funds da Anbima (IH-FA), que registrou rendimento de 8,49% ao ano. O desempenho ficou acima da **inflação**, mas significativamente abaixo do CDI. O destaque foi para os títulos de crédito privado emitidos por empresas no mercado local e atrelados ao CDI. O indicador IDA-DI, que mede o desempenho desse mercado, registrou ganhos de 12,39% ao ano.

Os fundos da categoria renda fixa DI tiveram rentabilidade mediana de 10,29% ao ano. Mas os que ficaram no grupo dos 10% mais rentáveis tiveram ganhos de mais de 10,85% ao ano, acima do CDI.

As carteiras da categoria renda fixa ativo prefixado renderam 10% ao ano e os melhores fundos tiveram ganharam mais de 11,06% ao ano. Isso apesar do rendimento do indicador de referência, o 1RF-M, que mede o desempenho de uma carteira composta por títulos públicos prefixados, ter ficado em 9,14% ao ano. Sinal que muitos gestores usaram estratégias mais ativas para buscar rentabilidade.

A mediana da rentabilidade dos fundos da categoria juro real foi de 7,64% ao ano. Os melhores renderam acima de 9,34% ao ano e superaram a variação do IMA-B, que rendeu 7,90% ao ano. O indicador segue o desempenho dos títulos públicos atrelados ao IPCA. Também nesse segmento, a gestão ativa de alguns fundos conseguiu proporcionar retornos maiores.

Os fundos de crédito privado com prazo de resgate em até 15 dias renderam, em média, 11,38% ao ano. Para aquelas carteiras com resgate a partir de 16 dias, a rentabilidade foi de 12,33% ao ano. Os melhores fundos de crédito privado com resgate em até 15 dias tiveram ganhos acima de 12,06% ao ano. E os melhores com resgate a partir de 16 dias renderam mais de 13,91% ao ano.

Os fundos de debênture incentivada tiveram variação de 10,80% ao ano. As carteiras mais rentáveis renderam mais de 12,64% ao ano e o IDA-IPCA Infraestrutura, uma das referências para o setor, rendeu 10,17% ao ano.

A mediana da rentabilidade dos fundos multimercado baixa volatilidade foi de 9,36% ao ano. Os melhores renderam mais de 11,51% ao ano. Já os fundos multimercado ganharam 7,55% ao ano em média. No entanto, os melhores fundos renderam mais do que 12,48% ao ano. Essa categoria, tradicionalmente, tem uma grande diferença entre os melhores e piores fundos.

Entre os fundos long short, a mediana da rentabilidade foi de 9,38% ao ano e para os fundos long biased foi de apenas 2,48% ao ano. Também nessas duas categorias há muita dispersão entre o desempenho dos fundos mais e menos rentáveis.

Os fundos ações índice renderam 2,14% ao ano. Já os fundos de ações, que adotam políticas mais amplas para atingir seus objetivos de rentabilidade, tiveram

desempenho negativo de 0,53% ao ano. Poucos fundos dessa categoria conseguiram superar o CDI ou mesmo a **inflação** no período.

A rentabilidade mediana dos fundos de ações no exterior foi de 5,42% ao ano e os fundos de investimentos no exterior renderam 2,59% ao ano. Os melhores renderam mais de 17% ao ano e mais de 9% ao ano, respectivamente.

Por fim, na categoria alocação multimercado o rendimento ficou em 8,51% ao ano e a rentabilidade mediana da categoria Alocação ações foi negativa, 2,49% ao ano.

Análise envolve 16 categorias

O "Guia Valor de Fundos de Investimento" lista 1.849 carteiras com histórico de pelo menos três anos e que estão potencialmente disponíveis para os investidores em geral. O objetivo foi analisar o universo de fundos abertos para captação. Entretanto, alguns podem estar momentaneamente fechados ou apenas aceitarem investimentos indiretamente por meio de outros fundos, chamados de espelho no jargão de mercado.

A principal característica do Guia é agrupar as carteiras em categorias que possuam algum significado prático para você decidir a diversificação de suas aplicações. O período de comparação de três anos é suficientemente longo para testar a consistência do desempenho, mas sem deixar alternativas relevantes fora da análise.

Optamos por eliminar os fundos classificados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) como cambial, mono ações, capital protegido, previdência e dívida externa.

Cortamos os fundos cujos públicos-alvo são entidades do poder público, funcionários de determinadas empresas, investidores institucionais e pessoas jurídicas. E ainda os que possuem tratamento fiscal de curto prazo e as carteiras vinculadas aos fundos 157.

Nesse universo mais restrito, buscamos refinar e rever nossos critérios de corte para evitar que carteiras relevantes ficassem de fora. Para tanto, acrescentamos, conforme o caso, os fundos de gestores elencados no Anuário da Indústria de Fundos de Investimento da FGV e na listagem de gestores da Anbima. Consideramos, também, os fundos distribuídos nas principais corretoras e plataformas de investimento.

Para agrupar as categorias, tomamos por base a forma como os fundos se apresentam de acordo as

classificações e os fatores de risco estabelecidos nas Instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A regulamentação orienta que o nome deve conter "sufixos" relacionados aos tipos de estratégias que perseguem.

Levamos em consideração, também, a forma pela qual o gestor chama o fundo, como ele informa a estratégia que é utilizada e a composição dos ativos da carteira.

Para elaborar o guia usamos informações da Morningstar, empresa independente com atuação global no fornecimento de dados e análises de investimentos. Todas as tabelas podem ser encontradas no site do Valor.

Confira as 16 categorias: Renda fixa DI Inclui os fundos que se apresentam como "referenciado DI" ou "renda fixa" e não possuem o sufixo "crédito privado" no nome. A rentabilidade mensal de cada fundo no período analisado tem como característica a alta correlação com a variação do certificado de depósitos interfinanceiros (CDI) ou com o índice de renda fixa do mercado para títulos públicos atrelados à taxa Selic (IMA-S). Ambos os índices acompanham as taxas de juro de curto prazo.

Prefixados renda fixa ativo Inclui os fundos de "renda fixa" com expressiva correlação com o índice de renda fixa do mercado (IRF-M) ou que adotam estratégias de gestão ativa. De forma geral, os fundos desse grupo possuem baixa correlação com o CDI e o IMA-S. Mas alguns podem adotar estratégias complementares para aproveitar ganhos no mercado de crédito privado ou de derivativos.

Juro real Inclui os fundos de "renda fixa" com alta correlação com os índices de mercado da Anbima para títulos públicos indexados ao IPCA (1MAB, IMAB-5 ou IMAB-5+).

Crédito privado com até 15 dias para o resgate Inclui os fundos de "renda fixa" com o sufixo "crédito privado" e os fundos "multimercado" com as seguintes características: baixa oscilação de variação das cotas diárias, com o sufixo "crédito privado" e carteira composta majoritariamente por títulos privados, mas com parcela inferior a 40% em debêntures e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs). O resgate solicitado pelo cotista é pago no prazo de até 15 dias.

Crédito privado a partir de 16 dias para resgate Inclui os fundos de "renda fixa" com o sufixo "crédito privado" e os fundos "multimercado" com baixa oscilação de variação das cotas diárias, com o sufixo "crédito privado" e carteira composta majoritariamente por títulos privados. O resgate solicitado pelo cotista é

pago em 16 dias ou mais.

Debênture incentivada Esses fundos se identificam como sendo de debêntures incentivadas e, conseqüentemente, não estão sujeitos ao Imposto de Renda sobre os rendimentos. Multimercado baixa volatilidade São fundos "multimercados" sem o sufixo crédito privado e que tiveram perdas mensais muito pequenas ou inexistentes no período analisado e volatilidade relativamente baixa, inferiores à do IRF-M. Multimercado Inclui os fundos "multimercados" que podem adotar estratégias de investimento variadas.

Long short Inclui os fundos que afirmam seguir uma estratégia "long short". A estratégia envolve a manutenção de posições compradas e vendidas em ativos semelhantes.

Long biased Agrupa fundos "multimercado" ou "ações" que se apresentam como seguindo uma estratégia "long biased". Geralmente são carteiras que podem ficar integralmente compradas em ações, mas que consideram fazer operações de proteção contra perdas em determinados momentos.

Ações índices Inclui os fundos de "ações" que seguem o índice Bovespa de perto. São fundos que registraram estatísticas de "tracking error" e "correlação" próximas ao Ibovespa.

Ações Fundos de ações com "tracking error" alto em relação ao Ibovespa. Na prática, possuem uma ampla variedade de estratégias.

Investimento no exterior Reúne as carteiras com o sufixo "IE" ou que aplicam em ativos ou fundos de investimentos no exterior. Podem ser de renda fixa ou renda variável, indexados ao real ou a moedas estrangeiras.

Ações no exterior Reúne multimercados ou fundos de ações que investem no exterior por meio de "Brazilian Depositary Receipts" (BDRs), ETFs ou operações de derivativos.

Alocação multimercado Reúne os que investem em outros fundos multimercado para montar uma carteira balanceada.

Alocação Ações Reúne os que investem em outros fundos de "ações" para montar uma carteira balanceada. (MA)

8,36% foi a mediana da rentabilidade dos 1.849 fundos

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187884>

Em período volátil, crédito "high grade" foi opção para renda fixa

Daniela Rocha Para o Valor, de São Paulo

Muitas situações e eventos geraram alta volatilidade no mercado de renda fixa nos últimos três anos. Entre os desafios, a recuperação pós-pandemia, eleições, polarização política e a preocupação com a escalada de preços na economia e com a questão fiscal. No ano passado, notícias negativas de empresas com dificuldades de honrar suas dívidas como Americanas e Light causaram estresse no universo de ativos de crédito privado e uma onda de resgates em fundos de renda fixa. No ambiente externo, vigorou um quadro de **inflação** resistente e alta dos juros nas economias desenvolvidas, além das guerras que eclodiram.

"Quando cada um desses eventos ocorre e o mercado incorpora probabilidades de cenários à frente, a volatilidade aumenta de forma substancial", comenta Luciano Rais, gestor de estratégias de renda fixa da Santander Asset Management. Hoje, a **inflação** segue no radar, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, pois vai balizar as próximas decisões das autoridades monetárias sobre juros.

Diante dessa complexidade, os gestores dos fundos de renda fixa mais rentáveis na janela de três anos até 31 de março de 2024, revelados no "Guia Valor de Fundos de Investimento", aumentaram seus esforços de análises.

Uma das principais linhas foi a aposta na diversificação em crédito privado high grade, de menor risco. As gestoras também buscaram capturar as melhores oportunidades, operando assimetrias.

Por definição, os fundos de renda fixa DI podem ter até 50% do patrimônio líquido em ativos de emissões privadas, mais títulos públicos pós-fixados. Na lista dos que entregaram maiores retornos, estão quatro produtos da Bradesco Asset Management (Bram). Com taxas mais competitivas para o varejo, o BRAM Ágora Liquidez FIC FI RF Ref DI é oferecido na plataforma da Ágora Investimentos e o BRAM Max FIC FI RF Ref DI, distribuído pelo Bradesco, apresenta o maior número de cotistas. Esses fundos têm o mesmo mote e ficaram alocados em uma faixa de 35% a 40% em crédito privado triple A.

"Mantivemos cautela nos momentos de euforia e achamos oportunidades nos momentos turbulentos,

sempre com a nossa equipe distinguindo bons pagadores dos maus pagadores", ressalta Victor Tofolo, head de gestão de crédito high grade da Bram.

Atualmente, 25% do BRAM Max FIC FI RF Ref DI está alocado em títulos de bancos como Bradesco, Itaú, Santander e BTG; 13% em papéis de empresas, entre elas, Claro, NTS, CCR, Energisa, CPFL e Fleury e 2% em FIDCs (Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios).

Na mesma categoria, estão dois fundos da Caixa Asset. O Caixa Mega FI RF Ref DI LP e o Caixa Top FIC H RF Ref DI LP ficaram posicionados entre 35% e 40% em crédito privado, com maior exposição ao setor bancário, seguido por transportes, telecomunicações, energia, petróleo e biocombustíveis.

"Capturamos prêmios interessantes ao longo de todo o período. Por se tratar de carteiras compostas por ativos de máxima qualidade, o desempenho foi beneficiado também pela própria valorização que tiveram no mercado, dado o crescente apetite por crédito", diz Pablo Costa, diretor-presidente da Caixa Asset.

A participação em ativos de emissões privadas nos fundos DI da Santander Asset Management variou de 35% a 45%. "Os fatores que contribuíram para os bons resultados foram a resiliência da carteira de crédito, com emissores escolhidos pelo nosso processo de análise fundamentalista, e os mecanismos de liquidez para comprar mais ativos em momentos de alta nos prêmios", diz Guilherme DAurea, da Santander Asset.

De acordo com ele, outro aspecto que levou à performance positiva acima do GDI foi o trabalho de prospecção e ancoragem no mercado primário. Os setores mais expressivos das carteiras são financeiro, energia e telecom.

Já entre os fundos mais rentáveis na categoria prefixado renda fixa ativa, figura o Caixa Fidelidade FI RF LP. Conforme Pablo Costa, esse produto tem um perfil de baixo risco de crédito, com exposição limitada a, no máximo, 50% do patrimônio líquido. Além disso, ele explica que o fundo possui risco de mercado com baixa volatilidade, atuando ativamente com renda fixa nacional. A composição da carteira é feita buscando assimetrias de preços, através de estudos

macroeconômicos e projeções, tendo como estratégia posições aplicadas/tomadas nas curvas de juros nominal e real, trades de valor relativo na curva nominal e posições tomadas em juros pós-fixados.

Ainda nesse segmento, está o BTG Explorer Ativa FI RF LP, um fundo de gestão ativa nos mercados de juros, moedas e derivativos nas Américas - principalmente no Brasil, mas também em países como Chile, Colômbia, México e Estados Unidos. "Os títulos no exterior são hedgeados para real, portanto, não há exposição cambial nas posições fora do Brasil", diz Julio de Siqueira Carvalho de Araújo Filho, gestor da BTG Pactual Asset Management. Trata-se de um fundo diversificado, que procura se beneficiar em diversos cenários, apresentando volatilidade moderada (de 2% a 3%), em comparação com multimercados. "Aproveitamos a depreciação do peso chileno e pegamos o ciclo de alta de juros dos Estados Unidos", acrescenta.

O Guia Valor de Fundos de Investimento apresenta ainda a lista com os dez fundos de juro real com melhores desempenhos. O Santander IMA-B 5 Premium FIC FI RF busca acompanhar a rentabilidade do IMA-B 5, índice formado títulos Tesouro IPCA+, com pagamentos de juros semestrais e vencimento em até cinco anos. "A estratégia é manter um baixo desvio em relação ao benchmark, aproveitando eventuais distorções que possam existir entre os títulos que compõem a sua carteira", diz Luciano Rais, gestor de estratégias de renda fixa da Santander Asset.

No mesmo segmento, aparece o Icatu Vanguarda **Inflação** H RF C Priv LP, um Rindo de crédito privado total return, que mescla risco de crédito e de mercado, mas com viés de juro real, tendo como benchmark o IMA-B 5.

Esse direcionamento de juro real está no DNA da casa, que nasceu em 2002 com o primeiro objetivo de gerir reservas técnicas da Icatu Seguros, ou seja, fazer o ALM (Asset Liability Management). Neste caso, uma das principais obrigações é a proteção contra **inflação** no longo prazo, evitando o descasamento entre ativos e passivos dos seguros e previdência. "Então, ao lançarmos esse e outros fundos total return, a decisão foi fazer uma gestão de crédito bastante ativa, mas também atuar com liberdade nas operações de juros e **inflação**, utilizando derivativos", diz Bruno Horovitz, head de relações com investidores da Icatu Vanguarda.

"Mantivemos cautela nos momentos de euforia e achamos oportunidades nos turbulentos" Victor Tofolo

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187884>

Previdência tem alta atípica na captação

Rejane Aguiar Para o Valor, de São Paulo

Os fundos abertos de previdência tiveram uma captação líquida de R\$ 11,1 bilhões no primeiro trimestre de 2024, mostram os dados da Associação das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Trata-se de um movimento atípico para o período inicial do ano, já que habitualmente as entradas aumentam no último trimestre, quando os investidores aportam recursos de olho no abatimento de imposto no ano seguinte. No primeiro trimestre, ao contrário, normalmente há mais saídas de recursos. Uma conjunção de fatores explica esse cenário de 2024, e a maior parte deles tem um ponto em comum: a tributação.

Especialistas afirmam que a captação líquida inesperada é resultado, entre outros motivos, da migração de recursos de investidores de maior porte - principalmente do segmento private e de family offices. É um dinheiro que antes estava aplicado em fundos fechados que contavam com um benefício tributário e que em parte acabou escoando para a previdência. O governo, na prática, eliminou a vantagem tributária dos fundos fechados ao determinar que também estariam sujeitos ao chamado come-cotas - assim como outros fundos, como os de renda fixa.

Nesse sistema, os investidores antecipam o pagamento de imposto de renda em dois meses do ano (maio e novembro), com a diminuição da quantidade de cotas que têm em um fundo. Até a mudança, em vigor desde janeiro, os fundos fechados tinham um regime especial de tributação, com pagamento de imposto de renda pela tabela regressiva - ou seja, quanto mais tempo o dinheiro ficasse aplicado, menor seria o imposto. A alteração provocou uma intensa acomodação dos recursos de fundos exclusivos, que passaram a buscar alternativas para manter os retornos no novo cenário tributário, já que não é permitida a criação de fundos exclusivos de previdência.

Adicionalmente, houve mudanças na carência de papéis isentos de imposto de renda, como as LCIs (letras de crédito imobiliário) e as LCAs (letras de crédito do agronegócio) de liquidez diária. O Conselho Monetário Nacional (CMN) acabou com a carência de 90 dias para resgate desses papéis, prazo que agora é de nove meses para a LCA e de 12 meses para a LCI. Se forem corrigidas pela **inflação**, inclusive, essas letras passam a ter carência de 36 meses.

Para os fundos de previdência, a combinação dessas mudanças tributárias significou uma forte entrada de recursos, movimento que pegou esse mercado já suficiente-mente maduro para oferecer aos investidores uma ampla gama de possibilidades. "Nos últimos anos, a regulação dos fundos de previdência foi sendo aprimorada, oferecendo maior flexibilidade para os gestores. Com isso, o mercado foi criando produtos a cada dia mais diversos e sofisticados, que no atual cenário acabaram se tornando alternativas interessantes", afirma o co-head comercial da AZ Quest, Ronaldo Zanin.

Há, ainda, o fato de os fundos multimercado - em que os clientes do private têm fatia importante do portfólio - estarem com uma performance aquém da esperada, lembra o CEO da Azimut Brazil Wealth Management, Wilson Barcellos. "No contexto atual, o produto de previdência fica realmente interessante, proporcionando uma alocação muito semelhante à renda fixa." Para o diretor de produtos de previdência da Icatu Seguros, Henrique Diniz, os fundos de previdência vêm apresentando um movimento consistente nos últimos anos, com aperfeiçoamento regulatório, produtos mais bem elaborados e um público mais sensibilizado em relação à necessidade de formação de reserva financeira para o futuro. "Vejo a captação líquida positiva do início deste ano mais como uma foto pontual do que um filme desse mercado. Vale lembrar que a previdência aberta é um segmento bastante resiliente, que nunca teve decréscimo de um ano para o outro."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187884>

Vendas de produtos do Brasil para a Argentina caem 30%

A Argentina sempre foi um dos principais países a comprar produtos brasileiros, mas neste ano tem experimentado uma significativa diminuição na importação de produtos brasileiros, influenciada pela robusta colheita de soja e pelos ajustes econômicos implementados pelo governo de Javier Milei. De acordo com dados do Comex Stat do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), as exportações brasileiras para a Argentina caíram 29,9% de janeiro a abril em relação ao mesmo período de 2023, somando US\$ 3,91 bilhões.

Este recuo nas importações fez com que a Argentina, que era o terceiro maior comprador de produtos brasileiros, se aproximasse do volume de compras da Holanda, que totalizou US\$ 3,5 bilhões. Esse fenômeno é parcialmente atribuído à recuperação da produção de soja argentina, que reduziu a necessidade de importação do grão do Brasil. No ano anterior, devido a uma grave seca, a Argentina se tornou o segundo maior destino da soja brasileira, buscando suprir a demanda de sua indústria local.

O ajuste econômico argentino, sob a liderança de Milei, incluiu uma depreciação de 54% do peso no final do ano, encarecendo significativamente as importações. Isso impactou diretamente setores importantes para o comércio bilateral, como o automotivo e o de máquinas e equipamentos, que viram uma queda considerável nas vendas. Nos primeiros quatro meses de 2024, o Brasil exportou US\$ 1,66 bilhão a menos para a Argentina do que no mesmo período de 2023, com a soja representando cerca de 28% dessa redução.

Além disso, a competição chinesa e o aumento de barreiras comerciais nos Estados Unidos pressionaram ainda mais os mercados latino-americanos. Segundo a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), 2024 é visto como um ano perdido para as exportações brasileiras para a Argentina, com uma expectativa de continuação da queda, embora em ritmo menor.

Setores específicos como o calçadista também sofreram grandes perdas. Entre janeiro e abril, as exportações de calçados brasileiros para a Argentina diminuíram 39,2% em volume e 24,9% em receita, comparado ao mesmo período do ano anterior. Apesar do aumento de 23% no preço médio do calçado

exportado, o setor não prevê uma recuperação no curto prazo devido a problemas estruturais.

As importações argentinas de todos os países também caíram 23,8% nos primeiros quatro meses do ano. Em categorias específicas como bens de capital e intermediários, as reduções foram de 15,5% e 21,5%, respectivamente

As importações argentinas de todos os países também caíram 23,8% nos primeiros quatro meses do ano. Em categorias específicas como bens de capital e bens intermediários, as reduções foram de 15,5% e 21,5%, respectivamente. Este declínio reflete uma desaceleração econômica mais ampla, com a indústria local também registrando quedas significativas em março, particularmente nos segmentos manufatureiros.

A economia argentina, ainda se recuperando de uma profunda crise econômica herdada, mostra sinais de estagnação com uma previsão de queda de 2,8% no **PIB** para 2024 pelo FMI. A **inflação** desacelerou para 8,8% em abril, mas em um contexto anual ainda se aproxima de 300%. Essa situação complicada levou Milei a admitir que os ajustes talvez tenham sido excessivos, especialmente considerando o impacto no emprego e no poder de compra dos argentinos.

No longo prazo, as reformas propostas por Milei visam abrir a economia argentina para mais importações, o que é visto por alguns como uma oportunidade para a inundação de produtos asiáticos no mercado local nos próximos anos. A interrupção das obras públicas e a redução da atividade econômica refletem os esforços para reequilibrar o orçamento, mas com custos elevados para a economia e para os trabalhadores.

Em meio a esses desafios, o governo argentino espera firmar um novo acordo com os governadores provinciais, o "Pacto de Maio", que discutirá a redistribuição de **impostos, reforma tributária** e facilitação da exploração de recursos naturais, embora a aprovação esteja enfrentando obstáculos no Senado. O economista Rafael Cagnin, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), lembra que, além da fase de ajustamento contracionista para tentar conter a **inflação** e assegurar uma nova ajuda do FMI (Fundo Monetário Internacional), o governo argentino promoveu a

desvalorização de 54% do peso na virada do ano, encarecendo as importações. "Um agravante é que o ramo automobilístico, que é importante nas relações comerciais destes países, exige condições adequadas de financiamento e confiança dos seus consumidores para que sua demanda se efetive. A instabilidade do mercado argentino tende a adiar ou bloquear decisões de compra desses produtos.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>